

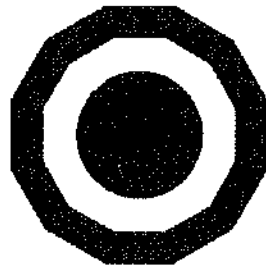


**COLISEU
MICAELENSE**

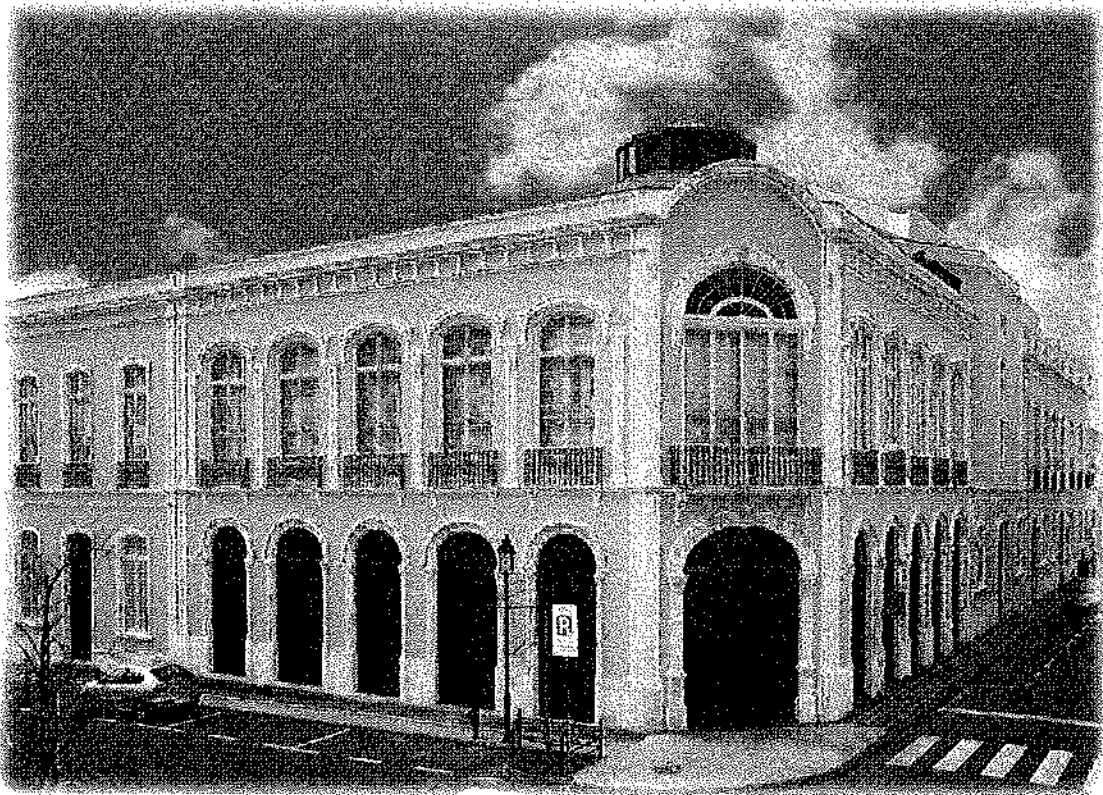


**DEMONSTRAÇÕES
FINANCEIRAS
ANO DE 2014**

Documento elaborado por NECA, Lda

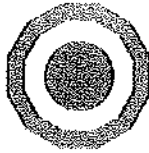


COLISEU MICAELENSE



CONVOCATÓRIA

Documento elaborado por NECA, Lda



COLISEU
MICAELENSE

**COLISEU MICAELENSE – SOCIEDADE
DE PROMOÇÃO E DINAMIZAÇÃO DE EVENTOS CULTURAIS,
SOCIAIS E RECREATIVOS, E.M., S.A.**

**Sede: Edifício Coliseu Micaelense – Rua de Lisboa – Ponta Delgada
Sociedade Anónima com o número fiscal de contribuinte 512059420,
Matriculada na Conservatória do Registo Comercial de Ponta Delgada, com
o capital social de 1.750.000,00 euros**

CONVOCATÓRIA

Nos termos dos Artigos 8.º n.º 2 e 10.º n.º 1 do Contrato de Sociedade, convocam-se todos os Acionistas no pleno gozo dos seus direitos para se reunirem em Assembleia Geral Ordinária a ter lugar no dia 30 de Março de 2015, pelas 17h00, no Edifício do Coliseu Micaelense – Rua de Lisboa – Ponta Delgada, com a seguinte

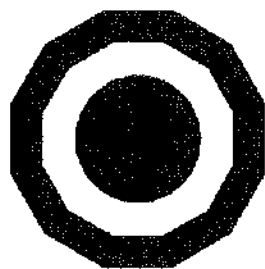
ORDEM DE TRABALHOS

- 1.º Deliberar sobre o Relatório de Gestão e Contas do Exercício de 2014;
- 2.º Deliberar sobre a Proposta de Aplicação de Resultados apresentada pelo Conselho de Administração;
- 3.º Proceder à apreciação geral da administração e fiscalização da Sociedade;
- 4.º Deliberar sobre a alienação de participações sociais.

Nos termos do Artigo 289. N.º 1 alínea e) do Código das Sociedades Comerciais, informam-se os Senhores Acionistas que os documentos atrás descritos serão facultados à consulta durante 15 dias anteriores à data da Assembleia Geral.

Ponta Delgada, 25 de Fevereiro de 2015
O Presidente da Mesa da Assembleia Geral

NUNO GONÇALO GAGO DA CÂMARA VISCONDE DO BOTELHO



COLISEU MICAELENSE



RELATÓRIO DE GESTÃO

Documento elaborado por NECA, Lda



Rua de Lisboa, s/nº. | 9500-216 Ponta Delgada
Telefone 296 209 500 | Fax 296 209 501
www.coliseumicaelense.pt | geral@coliseumicaelense.pt
NIPC 512 059 420

RELATÓRIO DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO **ANO DE 2014**

	<u>ÍNDICE</u>
1. INTRODUÇÃO _____	1
2. A ACTIVIDADE DESENVOLVIDA PELA EMPRESA E OS SEUS ASPECTOS MAIS RELEVANTES _____	1-3
3. ANÁLISE FINANCEIRA _____	4-9
4. PROPOSTA PARA A APLICAÇÃO DOS RESULTADOS _____	9
5. SECTOR EMPRESARIAL LOCAL _____	9--10
6. CONSIDERAÇÕES FINAIS _____	11
7. ANEXO AO RELATÓRIO DE GESTÃO _____	11-12



Rua de Lisboa, s/nº. | 9500-216 Ponta Delgada
Telefone 296 209 500 | Fax 296 209 501
www.coliseumicaelense.pt | geral@coliseumicaelense.pt
NIPC 512 059 420

RELATÓRIO DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

Senhores Accionistas

1. INTRODUÇÃO

O **Coliseu Micaelense – Sociedade de Promoção e Dinamização de Eventos Culturais, Sociais e Recreativos, E.M., S.A.** com sede no Edifício do Coliseu Micaelense sito na Rua de Lisboa, freguesia de São José, concelho de Ponta Delgada, com o **Capital Social de 1.750.000,00 euros**, tem por objecto a promoção e dinamização de actividades e eventos culturais, sociais e recreativos os quais constituem o seu objecto principal. Incluem-se, igualmente, no objecto social da sociedade; a) A realização de espectáculos nos vários domínios da cultura, exposições, congressos, conferências, seminários, pequenas reuniões, bailes e serões dançantes, circo, exposições e feiras, entre outros eventos de natureza cultural, social ou recreativa; b) A compra, venda e arrendamento de imóveis, propriedade da sociedade ou que se revelem necessários ao desenvolvimento do seu objecto principal; c) A realização de actos e actividades comerciais desde que integrados no âmbito do objecto principal da sociedade; d) A celebração de todos os acordos, protocolos e contratos comerciais que se revelem necessários à concretização do objecto social da sociedade.

O presente **Relatório do Conselho de Administração**, elaborado nos termos do **Artigo 66.º do Código das Sociedades Comerciais**, expressa de forma apropriada a situação financeira e os resultados da actividade exercida no **exercício económico findo em 31 de Dezembro de 2014**.

2. A ACTIVIDADE DESENVOLVIDA PELA EMPRESA

As **atividades desenvolvidas** pela empresa estão pormenorizadas nos **Relatórios de Atividade** que integram o presente Relatório de Gestão e que **constam de anexos**.

No **ano de 2014**, a **Sociedade Coliseu Micaelense** concretizou os objectivos a que se propôs, nomeadamente reforçar a componente de prestação de serviços, consolidar os eventos âncora da programação anual e promover eventos marcantes no concelho de Ponta Delgada”.

“Para alcançar os mesmos, e à semelhança do ano anterior, a **Coliseu Micaelense, EM, S.A.**, reforçou a aposta na realização de **eventos de responsabilidade partilhada** – como a apresentação de espectáculos em regime de co-produção e de produção externa – e no aluguer das suas instalações para eventos privados”.

“Paralelamente, realizaram-se os **eventos âncora da programação anual do Coliseu Micaelense**, como o Grande Baile de Réveillon, os Bailes de Carnaval, a Festa ~~Branca~~ ^{11/11/14 no Coliseu}, o Festival de Tunas e a Festa do Emigrante.

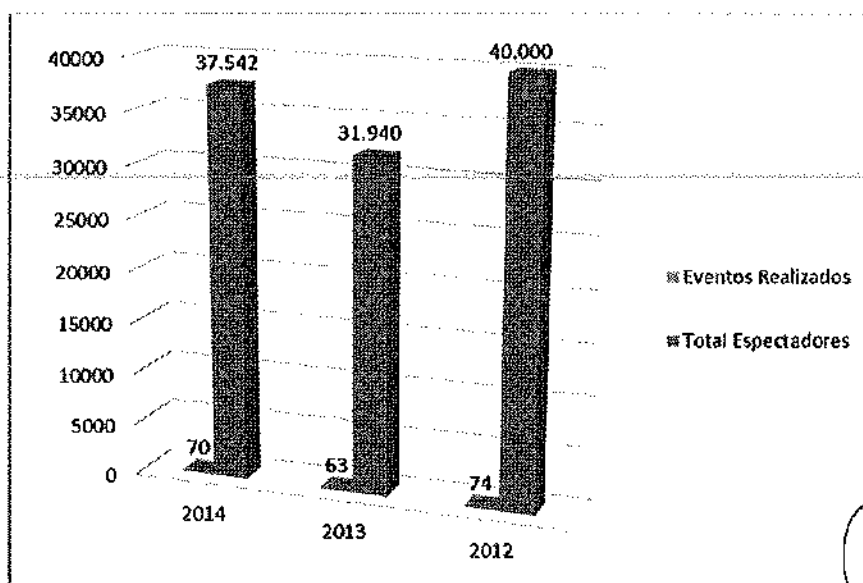
“Face à actual conjuntura económica, **implementou-se um menor número de espectáculos face aos anos anteriores**, mas manteve-se a atenção de ter uma programação diversificada e dirigida aos diferentes interesses e sensibilidades”.

Apesar da referida conjuntura, **no ano de 2014, realizaram-se 70 eventos**, envolvendo **cerca de 37.542 espetadores**.

Comparativamente com anos anteriores, a variação verificada foi a seguinte:

Rubricas	2014	2013	2012
- Eventos realizados	70	63	74
- Total de Espectadores	37.542	31.940	40.000

Relação Eventos realizados / Espectadores



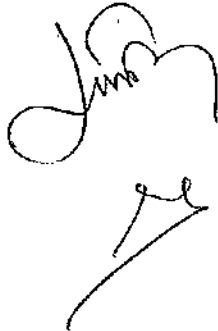


Rua de Lisboa, s/nº. | 9500-216 Ponta Delgada
Telefone 296 209 500 | Fax 296 209 501
www.coliseumicaelense.pt | geral@coliseumicaelense.pt
NIPC 512 059 420

Por sua vez, o **Coliseu Micaelense, EM, S.A.** realizou diversas atividades externas ao longo do ano de 2014 e teve como base a intervenção, concepção, apoio e gestão nas **áreas do Desporto, Tempos Livres, Juventude, Turismo e Cultura**, repartindo-se por vários locais do concelho de Ponta Delgada, nomeadamente: Centro Municipal de Cultura / Câmara Municipal de Ponta Delgada / Centro Histórico de Ponta Delgada / Freguesias do concelho de Ponta Delgada e Campo de São Francisco.

Durante o **ano de 2014** foram concretizados os seguintes eventos e iniciativas:

Eventos da Cultura e Tempos Livres	2014
Exposições	35
Lançamento de Livros	6
Conferências / Ações de Formação	24
Apoios Logísticos	129
Curso Carnaval	1
Dia da Criança	1
Festas do S. Espírito Santo	1
Noites de Verão	1
- Total eventos da Cultura e Tempos Livres	198



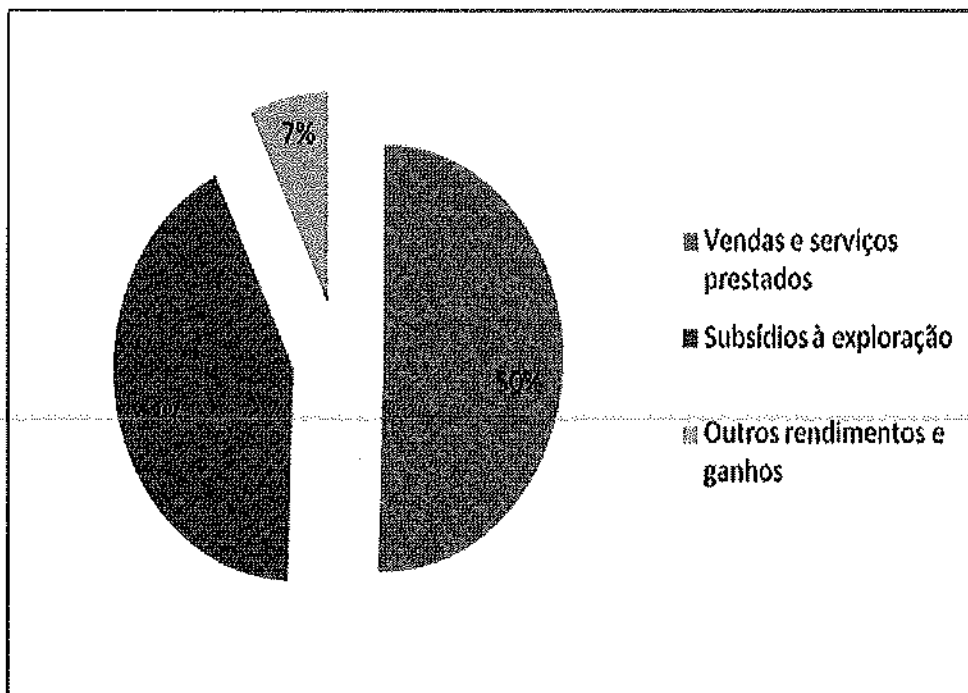
3. ANALISE FINANCEIRA

Em 2014, o **total dos Rendimentos** da empresa foram na quantia de **1.416.495,12 euros**, decrescendo 2,12%, comparativamente com o ano de 2013, cujo montante foi na quantia de **1.447.236,86 euros**.

No total dos Rendimentos, na mencionada quantia de **1.416.495,12 euros**, as **Vendas e Prestação de Serviços**, com a quantia de 714.809,83 euros, representam 50,46%, os **Subsídios à Exploração**, com a quantia de 600.750,00 euros, representam 42,41% e os **Outros Rendimentos e Ganhos**, com a quantia de 100.935,29 euros, representam 7,13%.

Graficamente, a **distribuição dos Rendimentos de 1.447.236,86 euros**, é a seguinte:

Estrutura dos Rendimentos



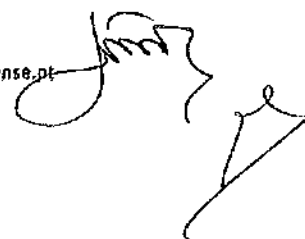


A **variação verificada**, comparativamente com igual período de 2013, consta do quadro seguinte:

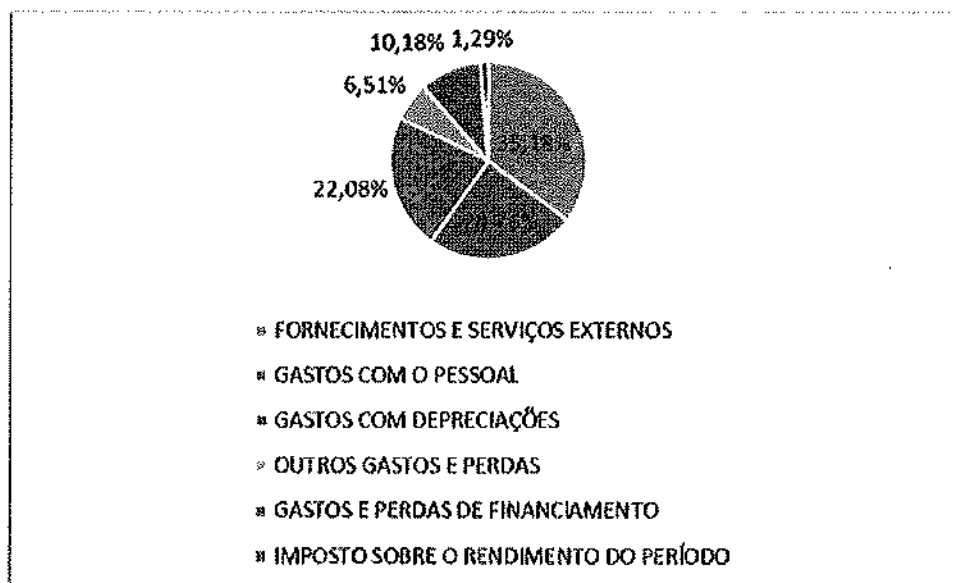
SNC	Descrição dos Rendimentos	2014	%	2013	%
72	Prestação de Serviços	714.809,83	50.46	449.054,64	31.03
75	Subsídios à Exploração	600.750,00	42.41	828.500,00	57.25
76	Reversões	0,00	0.00	1,00	0.00
78	Outros Rendimentos e Ganhos	100.935,29	7.13	169.681,22	11.72
	Total dos Rendimentos	1.416.495,12	100.00	1.447.236,86	100.00

Por sua vez, os **Gastos totais de exploração**, incluindo impostos, foram de **1.339.630,42 euros**, representando uma variação de mais 4,22% do que o ano de 2013, onde o seu quantitativo foi de 1.285.394,92 euros.

Naqueles **Gastos** totais de **1.339.630,42 euros**, os **Fornecimentos e Serviços Externos**, com 471.228,42 euros representam 35,18%, os **Gastos com Pessoal**, na quantia de 331.731,45 euros, representam 24,76%, os **Gastos Depreciações e Amortizações do Exercício**, na quantia de 295.809,61 euros, representam 22,08%, os **Outros Gastos e Perdas**, na quantia de 87.185,59 euros, representam 06,51%, os **Gastos e Perdas de Financiamento**, na quantia de 136.376,13 euros, representam 10,18% e a estimativa para o **Imposto sobre o Rendimento do Período**, na quantia de 17.299,22 euros, representa o valor remanescente de 01,29%.



Graficamente, a distribuição dos Gastos de 1.339.630,42 euros, é a seguinte:



A variação verificada, comparativamente com igual período de 2013, consta do quadro seguinte:

SNC	Descrição dos Gastos	2014	%	2013	%
62	Fornecimentos Serviços Externos	471.228,42	35.18	332.844.32	25.89
63	Gastos com o Pessoal	331.731,45	24.76	388.152.24	30.20
64	Gastos Depreciações	295.809.61	22.08	295.601.71	23.00
68	Outros Gastos e Perdas	87.185.59	06.51	115.710.40	09.00
69	Gastos e Perdas Financiamento	136.376.13	10.18	130.440.08	10.15
8121	IRC Liquidado	17.299,22	1.29	22.647.17	01.76
	Total dos Gastos	1.339.630,42	100.00	1.285.395.92	100.00



Sendo, como vimos, o total dos **Rendimentos**, na quantia de **1.416.495,12 euros** e o total dos **Gastos**, na quantia de **1.339.630,42 euros**, o **Resultado Líquido do Período de Janeiro a Dezembro de 2014**, foi **positivo na quantia de 76.864,70 euros**, traduzindo-se numa variação negativa de **52,51%**, comparativamente com o do ano de 2013, onde o lucro verificado foi de **161.840,94 euros**.

Os **Capitais Próprios da Empresa** são, à data de 31 de Dezembro de 2014, na quantia de **12.020.407,26 euros**.

Sendo o seu Capital Social de 1.750.000,00 euros, está salvaguardada a proporcionalidade entre Capital Social e Capitais Próprios, exigida pelo **Artigo 35º do Código das Sociedades Comerciais**.

Em termos comparativos a **evolução “patrimonial verificada nos três últimos anos”**, tem sido a seguinte:

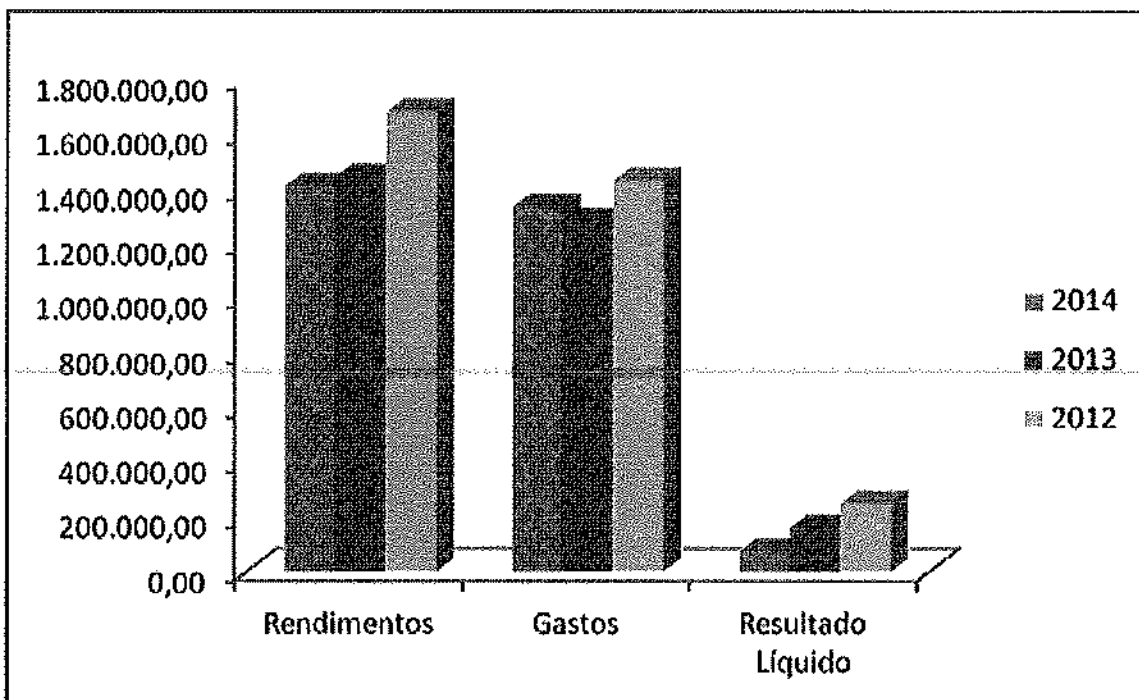
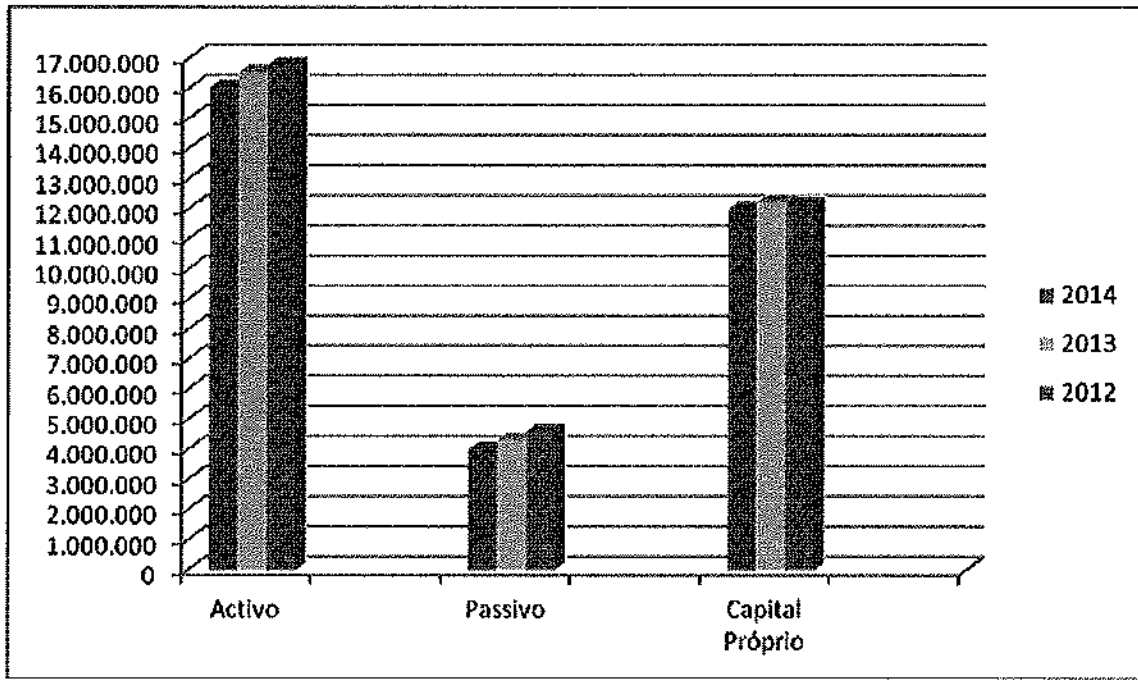
Balanço em 31 de Dezembro

Rubricas	2014	2013	2012
Activo	16.056.204,48	16.579.059,27	16.823.138,01
Passivo	4.035.797,22	4.330.697,32	4.636.867,59
Capital Próprio	12.020.407,26	12.248.361,95	12.186.270,42

Demonstração dos Resultados por Naturezas

Rubricas	2014	2013	2012
Rendimentos	1.416.495,12	1.447.236,86	1.687.326,89
Gastos	1.339.630,42	1.285.395,92	1.435.408,80
Resultado Líquido do Período	76.864,70	161.840,94	251.918,09

Graficamente, a evolução comparativa do **Balanco e da Demonstração dos Resultados**, durante os **últimos três anos**, é a seguinte:





Rua de Lisboa, s/nº. | 9500-216 Ponta Delgada
Telefone 296 209 500 | Fax 296 209 501
www.coliseumicaelense.pt | geral@coliseumicaelense.pt
NIPC 512 059 420

As Demonstrações Financeiras da Empresa, cujo Resultado Líquido do Período de Janeiro a Dezembro de 2014, conforme já atrás referido, é positivo na quantia de 76.864,70 euros, estão influenciadas pelas seguintes operações relevantes:

a) **Ajustamento da participação na Azores Parque, SA, passando-a da quantia de 536.773.26 euros para a quantia de 298.298.96 euros (rubrica 41211).**

b) **Por força dos resultados Líquidos do Período de Janeiro a Dezembro de 2014 da Azores Parque, SA, positivos na quantia de 18.460.50 euros, os Resultados do Período da empresa, foram influenciados positivamente com o registo a crédito da rubrica 7851 - Rendimentos e Ganhos em Associadas - Aplicação do método da equivalência patrimonial, na quantia de 5.815.06 euros;**

c) **- Imputação a Rendimentos do exercício de 2014 na rubrica 7883 - Subsídios ao Investimento, da quantia de 76.360.33 euros - Sivetur.**

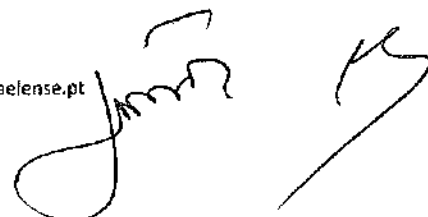
4. PROPOSTA PARA A APLICAÇÃO DOS RESULTADOS

Nos termos da **alínea f) do Artigo 66º., do Código das Sociedades Comerciais, propomos que aos Resultados Líquidos do período de Janeiro a Dezembro de 2014, positivos na quantia de 76.864,70 euros, seja dada a seguinte aplicação:**

- a) **Para Reservas Legais, a quantia de 8.000,00 euros; e**
- b) **Para a conta 56 - Resultados Transitados, o valor remanescente, na quantia de 68.864.70 euros.**

5. SECTOR EMPRESARIAL LOCAL

Tal como já foi referido no ano de 2013, constata-se que no actual contexto de grave crise económica e financeira, foram estabelecidas **“novas” regras de funcionamento do sector empresarial local**, algumas das quais previstas na **Lei n.º 55/2011 de 15.11 que procede à terceira alteração à Lei n.º 53-F/2006, de 29.12, que estabelece o regime jurídico do sector empresarial local, entretanto revogadas e substituídas pela Lei n.º 50/2012 de 31 de Agosto.**



A Lei n.º 50/2012 de 31 de Agosto que aprovou o novo Regime Jurídico da actividade empresarial local e das participações locais, revogando as Leis n.º 53-F/2006, de 29 de Dezembro e n.º 55/2011, de 15 de Novembro, veio, de forma inédita e surpreendente, no seu artigo 62.º com a epígrafe – Dissolução das empresas locais – acrescentar outras formas e causas de “dissolução”, referindo o seu número um, citamos, o seguinte:

Artigo 62.º
Dissolução das empresas locais

1 – Sem prejuízo do disposto no artigo 35.º do Código das Sociedades Comerciais (que não permite que os Capitais Próprios sejam inferiores a 50% do Capital Social), as empresas locais (como o Coliseu Micaelense, E.M.,S.A.) são obrigatoriamente **objecto de deliberação de dissolução** no prazo de seis meses, sempre que se verifique **uma das seguintes situações:**

- a) As **vendas e prestações de serviços** realizados durante os últimos três anos não cobrem, **pelo menos, 50% dos gastos totais** dos respetivos exercícios;
- b) Quando se verificar que, nos últimos três anos, o peso contributivo dos **subsídios à exploração é superior a 50% das suas receitas;**
- c) Quando se verificar que, nos últimos três anos, o valor do **resultado operacional subtraído do mesmo o valor correspondente às amortizações e às depreciações é negativo;**
- d) Quando se verificar que, nos últimos três anos, o **Resultado Líquido é Negativo.**

Avaliando a **evolução do Coliseu Micaelense, S.A.**, no âmbito do citado **artigo 62.º**, a mesma é a que consta do seguinte quadro:

PARAMETROS	2014	2013	2012	2011	Art.º 62.º
Vendas e Prestação de Serviços (1)	714.809,83	449.054,64	728.724,16	598.954,36	
Gastos totais (2)	1.339.630,42	1.285.395,92	1.435.408,80	1.667.667,65	
Artigo 62.º n.º 1 alínea a) (1/2)	0,53	0,35	0,51	36%	50%
Subsídios à Exploração (3)	600.750,00	828.500,00	562.500,00	687.500,00	
Total dos Rendimentos (4)	1.416.495,12	1.447.236,86	1.687.326,89	1.677.532,84	
Artigo 62.º n.º 1 alínea b) (3/4)	0,42	0,57	0,33	41%	(-) 50%
Resultado Operacional (5)	221.955,09	308.774,80	376.658,44	102.206,83	
Depreciação (6)	295.809,61	295.600,71	518.518,92	741.745,24	
Artigo 62.º n.º 1 alínea c) (5+6)	517.764,70	604.375,31	895.177,36	843.952,07	Positivo
Resultado Líquido (Art.º 62.º n.º 1 al. d)	76.864,70	161.840,94	251.918,09	9.865,19	Positivo



6. CONSIDERAÇÕES FINAIS

A todos os nossos colaboradores, clientes, fornecedores e Fiscal Único da nossa Empresa, expressamos os **nossos agradecimentos** por toda a colaboração dispensada ao longo do ano de 2014.

De acordo com o disposto no **Artigo 210.º do Código dos Regimes Contributivos do Sistema Previdencial de Segurança Social**, a que se refere a **Lei n.º 110/2009**, de 16 de Setembro, com as alterações introduzidas pela **lei n.º 119/2009**, de 30 de Dezembro, pelo **Decreto – Lei n.º 140-B/2010**, de 30 de Dezembro, pelas **Leis n.ºs. 55-A/2010**, de 31 de Dezembro, **Lei n.º 64-B/2011**, de 30 de Dezembro e **Lei n.º 66-B/2012**, de 31 de Dezembro, declara-se que esta Empresa não se encontrava em situação de dívida vencida perante a Segurança Social, em 31 de Dezembro de 2014.

Nos termos do **artigo 2.º do Decreto-Lei 534/80**, de 7 de **Novembro**, declara-se que a Empresa não apresentava dívidas ao Estado em situação de mora, em 31 de Dezembro de 2014.

7. ANEXO AO RELATÓRIO DE GESTÃO

Nos termos do **artigo 447.º do Código das Sociedades Comerciais (CSC)**, informa-se que a participação dos órgãos de Administração e de Fiscalização no Capital Social é a seguinte:

Conselho de Administração

Acionista	Ações	Valor
Município de Ponta Delgada (a)	3.492.754	1.746.377.00 €

(a) Representado pelo **Dr. Pedro Filipe Rodrigues Furtado**, na qualidade de Vogal do Conselho de Administração

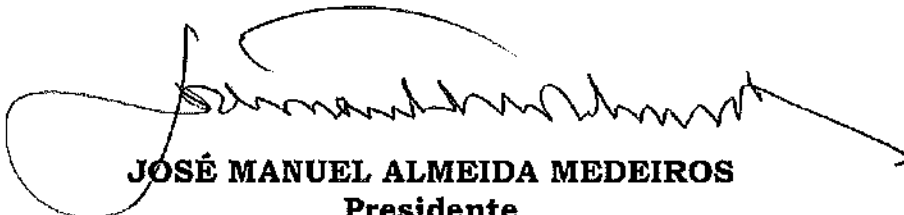
Não existem acionistas nos órgãos de **Fiscalização da Sociedade**.

Nos termos do **artigo 448.º do Código das Sociedades Comerciais**, informa-se os acionistas titulares de, pelo menos, um décimo do Capital Social:

Acionista	Ações	Valor
Município de Ponta Delgada	3.492.754	1.746.377.00 €

Ponta Delgada, 23 de Fevereiro de 2015

O Conselho de Administração



JOSÉ MANUEL ALMEIDA MEDEIROS
Presidente



HELDER ALBERTO MARTINS FIALHO
Vogal



PEDRO FILIPE RODRIGUES FURTADO
Vogal



COLISEU
MICAELENSE

Relatório de Atividades 2014

JANEIRO

01 janeiro | Baile de Reveillon



Um evento de gala que, anualmente, acolhe centenas de convivas movidos pela animação de qualidade, pelo ambiente ímpar e pelo convívio intergeracional.

No palco principal atuaram, de forma alternada, as bandas micaelenses Oceanus e Banda Royal e foi criado um espaço lounge com DJ no foyer. Em termos de animação, desenvolveram-se algumas surpresas no decorrer do baile, tornando o evento cada vez mais atrativo

05 janeiro | Concerto de Ano Novo - Banda Fundação Brasileira



Inspirado no tradicional encontro musical que cada ano se celebra em Viena, o Coliseu Micaelense apresentou o Concerto de Ano Novo com uma atrativa seleção de música clássica.

A 5 de janeiro a Banda Filarmónica Fundação Brasileira dos Mosteiros, sob a direção do maestro Daniel Caceiro, interpretou, entre outros, temas de Tchaikovsky, Johan Strauss, Radetsky e Ferrer Ferran.

O concerto contou com a participação de meia centena de músicos acompanhados, na voz, por Mariana Pinheiro e João Costa.

O evento assinalou o início de um novo ano cultural do Coliseu Micaelense.

11 janeiro | Gala Beneficência de Câmara Municipal de Ponta Delgada



A realização da Gala de Beneficência veio ao encontro do trabalho que a Câmara Municipal de Ponta Delgada tem vindo a desenvolver a nível social, já que o principal objetivo é angariar donativos para instituições de solidariedade social registadas no concelho de Ponta Delgada (selecionadas por sorteio).

FEVEREIRO

14 fevereiro | Baile de São Valentim

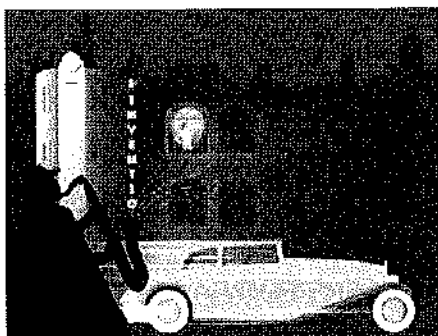
Handwritten signature



Este ano, pela primeira vez, o Coliseu Micaelense, em parceria com o Lions Clube de São Miguel e o Rotary Club de Ponta Delgada, apresentou o Baile de São Valentim.

Um evento que cumpriu com o duplo objetivo de proporcionar um ambiente tranqullo e romântico, onde os casais e amigos puderam confraternizar após o jantar, e, ao mesmo tempo, apoias as Instituições Particulares de Solidariedade Social

21 fevereiro | 2.º Inventio - Festival de Tunas



"Loucos Anos 20" foi o mote do evento, que contou com a participação da Tum'Acanénica - Tuna Mista da Escola Superior de Educação e Ciências Sociais do Instituto Politécnico de Leiria, da Rausstuna - Tuna Mista de Bragança e da Venusmonti - Tuna Académica da Faculdade de Direito de Lisboa.

A apresentação esteve a cargo dos Fala Quem Sabe, numa noite que também foi abrilhantada pela tuna organizadora.

23 fevereiro | COMEMORAÇÃO 21 Aniversário COA CONCERTO DA BANDA MILITAR DOS AÇORES

Comando Operacional dos Açores

XXI aniversário



Cerca de uma centena de músicos e coralistas apresentam-se sob a direção de Délio Gonçalves, João Oliveira e Luís Carreiro.

O concerto foi dividido em duas partes. Na primeira, sinfónica, foram interpretados temas de Rossano Galante, Eiji Suzuki, Óscar Navarro e Bill Whelan. No segundo momento, com a participação do Coral de São José, foram apresentados temas de Satoshi Yagisawa, L. V. Beethoven Pablo Sorozabal e Luigi Denza. Em jeito de homenagem, foi interpretado o tema do autor açoriano Manuel Ferreira "Ilhas de Bruma", com arranjos de Alexandre Coelho.

Handwritten signature

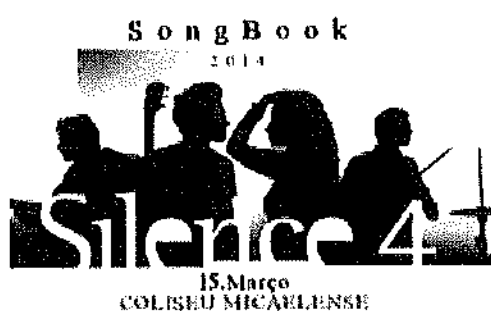
28 fevereiro e 03 março | **Grandes Bailes de Carnaval**



Os Bailes de Carnaval são um dos pontos altos da programação do Coliseu Micaelense, pela adesão que registam e, também pela tradição. Os Bailes Carnavalescos do Coliseu Iniciaram-se em 1921. Volvidas nove décadas continuam a fazer parte da agenda cultural do Coliseu e dos açorianos e assumem-se, cada vez mais, como um cartaz turístico da cidade de Ponta Delgada e dos Açores.

MARÇO

15 março | **Concerto Silence 4 - Songbook 2014**



Em palco, "SongBook 2014", Sofia, Tozé, Rui e David revisitaram as canções que continuam a percorrer a nossa memória coletiva - momentos com certeza arrepiantes com a evocação de "Borrow", "Angel Song", "My Friends" ou "To Give" entre muitas outras.

22 e 23 março | **El Açor - Festival internacional de Tunas**



Coliseu Micaelense nos dias 22 e 23 de março foi invadido pelo espírito académico. Tratou-se da décima quinta edição do festival de tunas El Açor. A apresentação esteve a cargo dos Tunalhos.

O evento é um dos principais motivos de orgulho dos Tunídeos - Tuna Masculina da Universidade dos Açores. É com o mesmo espírito irreverente, desde o ano 2000, que organizam este festival.

27 março | **O Cavalo da Troika**

JH



Inserida nas comemorações do Dia Mundial do Teatro a apresentação da peça "O Cavalo da Troika", que marcou o regresso do tradicional Teatro de Revista Micaelense, contou com textos e encenação de Vítor Melo e desenrolou-se em três quadros, onde o cenário político atual foi passado "a pente fino", em momentos de hilariante comédia, onde a boa disposição marcou presença, no palco e na plateia. Subiram ao palco professores e alunos Grupo Cénico da Aprendizagem ao Longo da Vida da Universidade dos Açores.

30 março | O Príncipe com orelhas de Burro



Inserida nas comemorações do Dia Mundial do Teatro a apresentação da peça "O Príncipe com orelhas de Burro", a cargo da Associação Solidarie'Arte é uma adaptação, para teatro, de António Manuel Couta Viana (1997 - Teatro Infantil e Juvenil. Lisboa: Nova Arrancada) a partir do conto infantil, com o mesmo nome, escrito por José Régio (1942).

ABRIL

05 abril | Lacre em concerto – Comemorações do 468.º Aniversário da Cidade de Ponta Delgada



Este foi um concerto íntimo, num ambiente único, no âmbito das comemorações do 468º aniversário da Cidade de Ponta Delgada.

Os "Lacre" apresentaram o seu primeiro álbum intitulado "Opus 0".

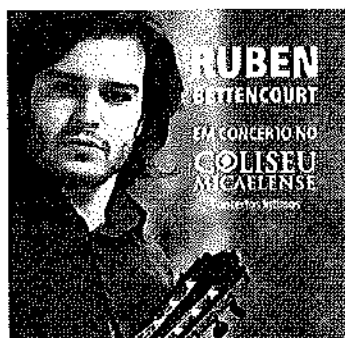
Provenientes de Bragança, Mirandela e dos Açores juntaram diferentes vivências resultando num trabalho cheio de inspiração. Com influências distintas e variadas, fazem um som intimista (plenamente acústico) que toca na alma, tanto na parte musical como no poema das letras.

17 e 19 abril | Moche Fest – Ponta Delgada 2014



Tratando-se de um evento destinado ao público jovem e cumprindo com a sua responsabilidade social, a organização (Jacinto Franco) estabeleceu parcerias com as escolas da ilha de São Miguel, com vista a oferecer aos melhores alunos de cada turma do ensino secundário ingressos para o evento.

26 abril | Ruben Bettencourt – concertos íntimos (Foyer)



Ruben Bettencourt apresentou-se no Coliseu Micaelense a 26 de abril para um concreto íntimo. É considerado, por críticos e amantes da música, como um dos melhores guitarristas clássicos da sua geração! Os seus concertos destacam-se pela entrega total à Música e pelas emoções que este proporciona ao seu público. Mais que guitarrista, prima pela elegância e espontaneidade que a Música lhe proporciona.

Maio

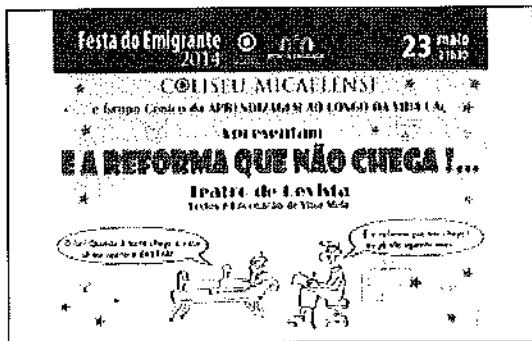
10 maio | Mário Laginha Novo Trio 97.º aniversário da fundação do Coliseu Micaelense

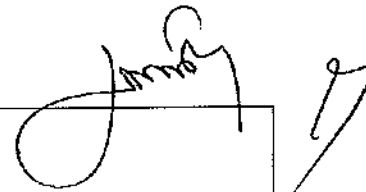


No dia exato em que o Coliseu Micaelense comemora o 97.º aniversário da sua fundação, o Mário Laginha Trio fez as honras da casa e da data, com um concerto que juntou o piano do líder do grupo ao contrabaixo de Nelson Cascals e à bateria de Alexandre Frazão.

Este projeto em trio de Mário Laginha nasceu para o mundo com a gravação em 2007 do CD "Espaço". Passados três anos e depois de muitas dezenas de concertos dados em Portugal e no estrangeiro, um novo disco, "Mongrel". A base do concerto no Coliseu Micaelense teve, entre outros, temas destes dois trabalhos e ainda adaptações para trio de "Canções e Fugas", o primeiro álbum a solo gravado em 2006 por Mário Laginha.

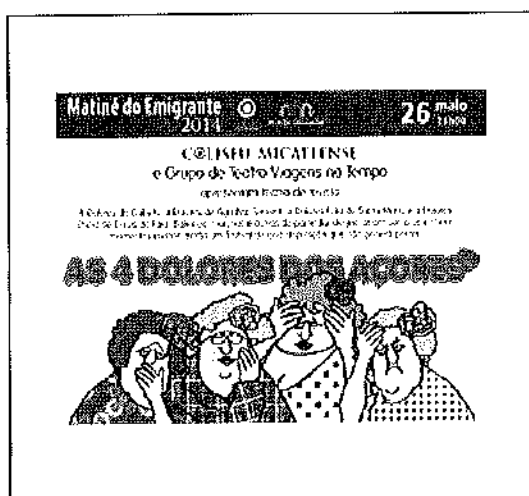
23 maio | Festa do Emigrante - "E A REFORMA QUE NÃO CHEGA"





A 23 de maio, o Coliseu Micaelense abriu as portas para mais uma Festa do Emigrante. Este ano o evento foi abrilhantado pelo Grupo Cénico da Aprendizagem ao Longo da Vida da Universidade dos Açores.

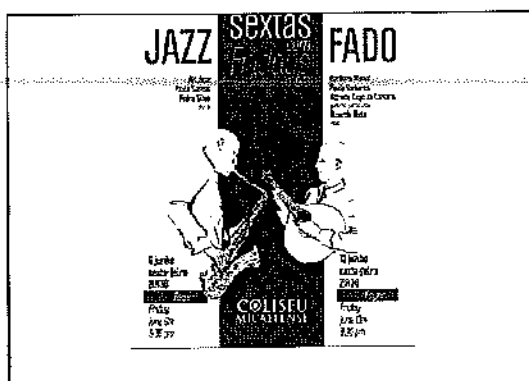
26 maio | Matiné do Emigrante - "AS QUATRO DOLORES DOS AÇORES"



O Grupo de Teatro Viagens no tempo apresentou a 26 de maio, no Coliseu Micaelense, o teatro de Revista "As 4 Dolores dos Açores". Esta Revista é uma paródia que confronta quatro mulheres de diferentes ilhas cada uma a glosar a outra e puxar a brasa às suas dores, desamores numa louca viagem por várias ilhas no encontro em São Miguel. A componente musical, bailinhos e marchas originaram insólitos momentos, criados por seis atores, com uma banda sonora criada para o efeito e um guarda-roupa alusivo às respetivas cenas.

JUNHO

06 junho | Sextas com: JAZZ



Em junho, o Coliseu Micaelense acolheu as sextas temáticas, com Jazz e Fado. Assim, no dia 6 de junho, o foyer do Coliseu Micaelense foi abrilhantado pela banda **All Jazz**, com Paula Santos na voz e Pedro Silva no piano.

07 junho | Ao Piano e Voz

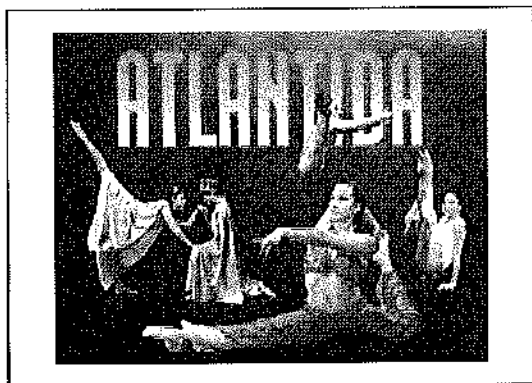


Handwritten signature



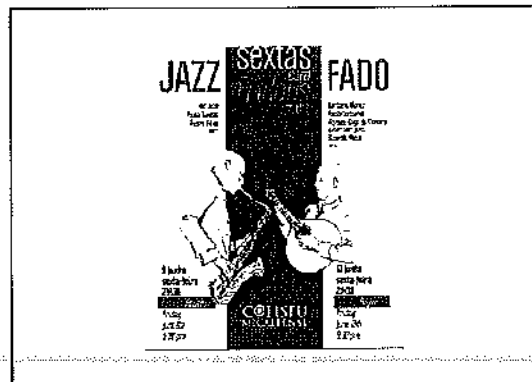
A 7 de junho, o Coliseu Micaelense abriu as portas para um concerto de piano e voz, com Alexandra Mascolo David e Natália de Lima Ferreira

09 junho | ATLÂNTIDA – Espetáculo musical Corpore



Atlântida é o mote para o espetáculo de dança promovido pelo Coliseu Micaelense e pelo Corpore Ginásio a 9 de junho na maior casa de espetáculos dos Açores. Através de diferentes modalidades gímnicas e estilos de dança diferenciados foi retratada a ascensão e queda da Atlântida.

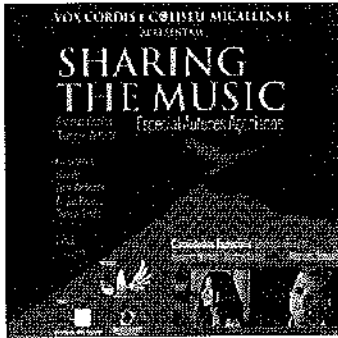
13 junho | Sextas com: FADO



Em junho, o Coliseu Micaelense acolheu as sextas temáticas, com Jazz e Fado. Assim, a 13 de junho, a noite foi dedicada ao Fado, com a atuação de Bárbara Moniz, Paulo Linhares, Alfredo Gago da Câmara na guitarra portuguesa e Ricardo Melo na viola.

28 junho | Sharing the Music Especial Autores açorianos

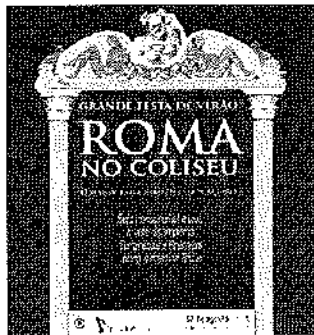
Handwritten signature



Há, reconhecidamente, música composta nos Açores que tem feito caminho no panorama musical açoriano, nas comunidades de emigrantes e, de forma mais ténue mas num reconhecimento crescente, a nível nacional. Há, no ouvido de qualquer açoriano, pelo menos, uma lembrança de muitas dessas canções. Quem não trauteia a Chamateia, a Chamarrita pandeireta, os Piratas ou as Ilhas de Bruma? Estas considerações levaram a Vox Cordis a construir um concerto que, de entre outros variados objetivos, ajude a perpetuar estas canções, que são parte do nosso património regional.

AGOSTO

02 agosto | Roma no Coliseu



"Roma no Coliseu" surgiu da aposta do Coliseu Micaelense em contribuir, ativamente, para a dinamização das noites de verão micaelenses, com um cartaz apelativo e interativo, onde a história se cruza com a indumentária e a boa-disposição com o espaço envolvente, devidamente decorado para o efeito. É o primeiro de quatro bailes temáticos de verão que o Coliseu Micaelense, em co produção com a empresa Ricardo Cabral Eventos (RCE), pretende incrementar anualmente e que vêm substituir a tradicional Festa Branca. "Roma no Coliseu" pretendeu ser a recriação dos grandes bailes temáticos à época, onde os convivas, trajados a rigor, se envolviam num ambiente desenhado e concebido para fomentar as melhores noites de animação das grandes cidades europeias

SETEMBRO

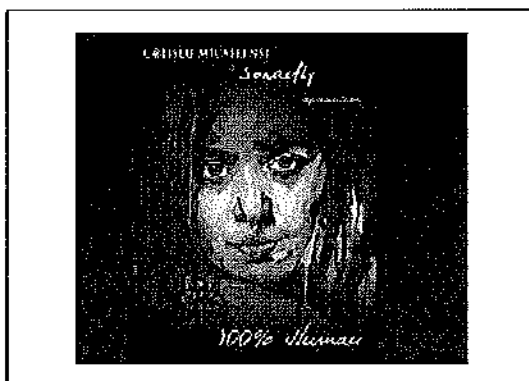
06 setembro | Sinfonietta de Ponta Delgada

Handwritten signature



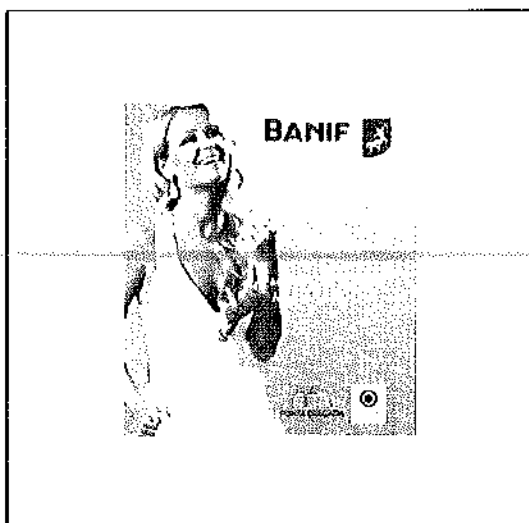
A 6 de setembro o Coliseu Micaelense foi palco de um concerto pela Sinfonietta de Ponta Delgada, com a participação especial de Miguel Ivo Cruz. O espetáculo reuniu músicos da Quadrivium Associação Artística e da Orquestra de Câmara de Ponta Delgada.

13 setembro | 100% Human – O Musical



Singularidade coletiva e a volta ao mundo em 10 temas é a verdadeira definição deste trabalho, que contou com a participação de jovens de Centros de Desenvolvimento e Inclusão Juvenil dos Açores e do grupo de teatro A Pontilha. O espetáculo convidou a uma volta ao passado ou presente de cada um, ao outro lado de cada um, suas escolhas, discussões, amores e desilusões.

20 setembro | Aurea




Considerada uma das melhores artistas portuguesas da atualidade, Aurea deslocou-se a Ponta Delgada para um concerto único no Coliseu Micaelense a 20 de setembro. O evento contou com o apoio exclusivo do BANIF e teve uma participação especial de Mariana Rocha. "Soul Notes" é nome do segundo trabalho discográfico da artista de 27 anos e do concerto. Um espetáculo com muita alma e coração, em que a artista se apresenta em palco com um alinhamento, cenário e energias renovados.

OUTUBRO

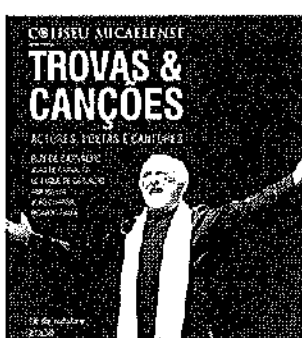
Handwritten signature

11 outubro | Fado Marialva


Handwritten signature

	<p>A Associação de Sêniores de São Miguel, com o apoio da Câmara Municipal de Ponta Delgada e da Coliseu Micaelense, apresentou a 11 de outubro o Fado Marialva, com a participação de Francisco Martins, Rodrigo Pereira e Manuel da Câmara.</p> <p>O evento teve como convidados Alfredo Gago da Câmara (guitarra portuguesa) e Ricardo Melo (viola).</p> <p>A iniciativa inseriu-se nas comemorações do Dia Mundial dos Cuidados Paliativos.</p>
---	---

18 outubro | Trovas e Canções

	<p>Numa conjugação inédita de canto e rítmica e guiados pelos tons da guitarra portuguesa e da viola clássica, conhecidos artistas de palco interpretaram obras inesquecíveis de alguns dos mais populares autores portugueses de sempre. Contou com a participação de Ruy de Carvalho, João de Carvalho, Henrique de Carvalho, Ana Marta, João Correia e Ricardo Gama.</p>
--	---


25 outubro | Coro dos Antigos Orfeonistas da Universidade de Coimbra

	<p>Constituído por antigos estudantes da Universidade de Coimbra, o Coro dos Antigos Orfeonistas da Universidade de Coimbra foi criado com o intuito de promover e difundir o gosto pela arte musical/coral, fomentar iniciativas de carácter filantrópico e fazer reviver os Ideais de Fraternidade, de Tolerância e de Solidariedade que, ao longo de gerações, marcaram, de forma algo peculiar, a Academia de Coimbra.</p>
---	--


NOVEMBRO

Handwritten signature


01 novembro | Mariana Rocha e Banda + FF

	<p>Mariana estreou-se com a sua banda no palco do Coliseu Micaelense, a 1 de novembro, para apresentação dos seus primeiros originais com um convidado especial, FF - Fernando Fernandes, e com o patrocínio exclusivo do BANIF.</p>
---	--

08 novembro | X Sahrng The Music

	<p>A décima edição do Sharing the Music realizou-se no dia de novembro. Uma iniciativa da Vox Cordis Associação Musical, produzida em conjunto com a Coliseu Micaelense, que visa, como o próprio nome indica, partilhar a música, desmistificar ideias acerca da música coral e aproximar os mais jovens da mesma. Este ano, o evento juntou no mesmo palco o coro Vox Cordis, a Ala dos Namorados de Nuno Guerreiro, Jorge Palma e Vasco Azevedo, sob a batuta do maestro convidado Jorge Alves.</p>
--	--

14 novembro | Loucura dos 50

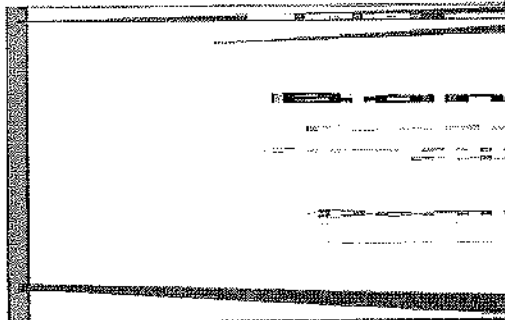
	<p>O Coliseu Micaelense e a Finançaç apresentaram, no dia 14 de novembro, a comédia "Loucura dos 50". Em palco Joaquim Nicolau, António Melo, Almeno Gonçalves e Fernando Ferrão contaram a história de quatro amigos que se encontram uma noite para comemorar a festa do 50.º aniversário de Quim Fonseca, isto quando Xavier Santos, António Sousa e Manuel Ribeiro já ultrapassaram a fasquia dos 50. Durante a hora e meia de "Loucura dos 50" fizemos uma viagem cômica - mas ao mesmo tempo real - ao universo dos homens de 50 anos: os seus problemas, os seus desejos, os problemas para matar os desejos... e muita gabarolice, claro, que também faz parte.</p>
---	---

21 novembro | Cuca Roseta



A fadista deslocou-se a Ponta Delgada para uma atuação única no Coliseu Micaelense a 21 de novembro, onde apresentou a sua Raiz. Num passo que serviu para se superar, a fadista criou um disco de originais, música e letras próprias e vindas do fundo de si. Da raiz da sua alma. Quando isto acontece com verdade, é fácil reconhecê-lo. Não surpreende por isso que Raiz tenha sido recebido com tanto entusiasmo quer pelo público, quer pela crítica.

23 novembro | Concerto Banda Fundação Brasileira



No palco do Coliseu Micaelense, juntaram-se à Banda Filarmónica Fundação Brasileira e à voz de João Costa, o coral de São José e a solista Paula Fernandes, Luís Alberto Bettencourt, Vânia Dilac e a banda Lado Lunar. O concerto solidário assinalou a abertura do programa de Natal do Município de Ponta Delgada. A entrada pressupôs um donativo mínimo de 5€, sendo que a receita reverteu a favor de uma causa solidária: a aquisição de uma carrinha para duas irmãs da Vila de Rabo de Peixe que sofrem de Osteogénese Imperfeita, doença vulgarmente conhecida por "ossos de vidro".

28 novembro | XI Insula - Festival de Tunas



No palco do Coliseu Micaelense, juntaram-se à Banda Filarmónica Fundação Brasileira e à voz de João Costa, o coral de São José e a solista Paula Fernandes, Luís Alberto Bettencourt, Vânia Dilac e a banda Lado Lunar. O concerto solidário assinalou a abertura do programa de Natal do Município de Ponta Delgada. A entrada pressupôs um donativo mínimo de 5€, sendo que a receita reverteu a favor de uma causa solidária: a aquisição de uma carrinha para duas irmãs da Vila de Rabo de Peixe que sofrem de Osteogénese Imperfeita, doença vulgarmente conhecida por "ossos de vidro".

DEZEMBRO

06 dezembro | Frei Hermano da Câmara

Handwritten signature

	<p>Frei Hermano da Câmara regressa aos palcos para três concertos memoráveis, em Lisboa, Porto e Ponta Delgada.</p> <p>Frei Hermano conta uma legião de fãs que sempre acompanham de perto a sua carreira. Dedicou a sua vida à oração e ao recolhimento, pois entende que o seu público fiel tem de o rever, quase ciclicamente, pois precisa de Luz.</p> <p>Um concerto de Frei Hermano é muito mais que assistir a um espetáculo. É poder viver momentos de enorme emoção, de grande entrega e de amor incondicional a Cristo. É glorificar e reviver músicas que enchem a nossa alma de alegria e paz.</p>
--	--

12 dezembro | Orquestra Ligeira de Ponta Delgada & convidados

	<p>O Coliseu Micaelense promoveu a 12 de dezembro o mais solidário concerto de Natal. Com a renovada Orquestra Ligeira de Ponta Delgada, sob a batuta do maestro Marco Torre, o concerto deste ano contou com a participação especial de André Jorge e Vânia Dilac.</p>
--	---

14 dezembro | Avô Cantigas – É Bom sonhar

	<p>O Avô Cantigas é uma figura que hoje toca toda a família. São mais de 30 anos a espalhar simpatia e animação.</p> <p>É bom sonhar é o seu mais recente espetáculo, que prima pela componente muito divertida e grande interação com o público. Tratou-se de um espetáculo familiar, muito divertido e, claro, com muita música.</p>
--	--

OUTROS EVENTOS REALIZADOS...

Handwritten signature

17 DE JANEIRO | Almoço de Ano novo dos colaboradores do Município de Ponta Delgada

31 DE JANEIRO | Dia Aberto – Comemoração do 9º Aniversário de Reabertura do Coliseu Micaelense

07 DE FEVEREIRO | 4º Campeonato Regional de jogos Matemáticos

09 DE FEVEREIRO | Transmissão da Final do concurso Televisivo Factor X – Apoio à MARIANA ROCHA

16 DE FEVEREIRO | Baile de Carnaval Sénior

17 DE FEVEREIRO | Baile de Carnaval APACDAA

16 DE MARÇO | Aula de Zumbathon Solidária

28 DE MARÇO | Concerto no Foyer do Coro Johann Sebastian Bach

01 DE ABRIL | Jantar da Connexall

04 DE ABRIL | Concerto de Primavera – Canto e Cravo com: Natália de Lima Ferreira e Gustaff Van Manen

25 DE ABRIL | Gala dos 25 ANOS do Sindicato Democrático dos Professores nos Açores, nos 40 ANOS de ABRIL

29 DE ABRIL | *Dancing Day* - Aula Livre de Dança - Comemoração do Dia Mundial da Dança

30 DE ABRIL E 1,2,3, DE MAIO | 27ª Semana Académica

12 DE MAIO | Homenagem a Pedro de Lima Araújo

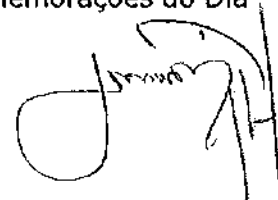
15 DE JUNHO | Festa do Espírito Santo – Casa do Triângulo

25 DE JUNHO | III Gala Anual do Clube de Atividade Física dos BVPD

31 DE AGOSTO | Receção participantes EurovisionSports

19 DE SETEMBRO | Lançamento do livro "Deixa-me Amar-te" de Rúben Pacheco Correia

01 DE OUTUBRO | Aníbal Raposo e Convidados – Café Concerto - Comemorações do Dia Mundial da Música



03 DE OUTUBRO | Lançamento do CD de Viola da Terra Paralelo 38

05 DE OUTUBRO | Concerto de Outono pela Banda Harmonia Mosteirense

24 DE OUTUBRO | Lançamento do livro "O outro Lado" de Aníbal Pires, com ilustrações de Ana Rita Afonso

15 DE NOVEMBRO | Gala de Artes Marciais

05 DE DEZEMBRO | Paula Moniz e Convidados - Café Concerto

07 DE DEZEMBRO | Festa de Natal Centro Cultural e Recreativo dos Trabalhadores da Câmara Municipal de Ponta Delgada

08 DE DEZEMBRO | Festa de Natal Colégio A Colmela

13 DE DEZEMBRO | Jantar comemorativo da 51ª Edição da Corrida de São Silvestre

14 DE DEZEMBRO | Festa de Natal da Vodafone Portugal

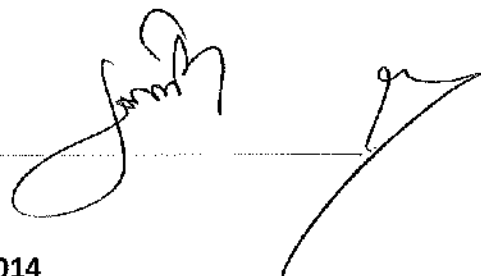
17 DE DEZEMBRO | Festa de Natal da Rede de ATL's de Ponta Delgada

19 DE DEZEMBRO | Festa de Natal Jardim Escola João de Deus

20 DE DEZEMBRO | Festa de Natal Extrenato A Passarada



Handwritten signature and initials, possibly reading "João de Deus" and "14".



Relatório de atividades do Coliseu Micaelense 2014

DATA	EVENTO
JANEIRO	
17 de Janeiro	Apoio logístico ao almoço /convívio dos funcionários da CMPD
18 de Janeiro	Apoio logístico ao jantar de angariação de fundos da Comissão de Festa da Ajuda da Bretanha
18 de Janeiro	Apoio logístico à Paroquia de São Sebastião para o Concerto de São Sebastião
23 de Janeiro	Apoio logístico à abertura do Ateneu Comercial
25 de Janeiro	Conferência "A linguagem decorativa na Arquitetura de Ponta Delgada: entre as <i>pontas de diamante e os torcidos e tremidos</i> ", proferida pela Prof. ^a Isabel Soares de Albergaria Centro Municipal de Cultura
25 de Janeiro	Apoio logístico ao jantar de angariação de fundos da Associação de Guias de Portugal da Fajã de Cima
26 de janeiro	Apoio logístico à Feira Comunitária do Centro Social e Cultural de Fenaís da Luz
29 a 30 de Janeiro	Ação de Formação - O Património Histórico, Arquitetónico e Paisagístico como Recurso Cultural - Universidade dos Açores / CMPD no Centro Municipal de Cultura
FEVEREIRO	
7 de Fevereiro	Apoio logístico à Associação Casa Ilha Graciosa para lançamento de livro
8 de Fevereiro	Encontro com Artistas no Centro Municipal de Cultura
8 de Fevereiro	Apoio logístico à Paróquia de N ^a Sr ^a da Apresentação da Igreja Matriz de Capelas para jantar de angariação de fundos para obras de beneficiação da sacristia da Igreja da Matriz das Capelas
8 de Fevereiro	Apoio logístico ao Grupo Desportivo de São Roque para jantar de angariação de fundos
22 de Fevereiro	Apoio logístico para Encontro de Escalões de Formação de Futebol - Freguesia de Fajã de Cima
22 de Fevereiro	Apoio logístico ao 16 ^o Aniversário Casa de Futebol Clube do Porto de São Miguel e Santa Maria
24 de Fevereiro	Tertúlia " Conversas à volta da fotografia" AFAA no Centro Municipal de Cultura
28 de Fevereiro	Curso de Carnaval no Centro Histórico de Ponta Delgada
28 de fevereiro	Apoio logístico à Escola Secundária Antero de Quental para jantar de angariação de fundos no Centro Cultural e Cívico de Santa Clara
MARÇO	
1 de Março	Apoio logístico à Fábrica da Igreja Paroquial de São Roque para Festa de Carnaval
1 de Março	Apoio logístico ao CNE Fajã de Cima Agrupamento 739 para Baile de Carnaval
3 de Março	Apoio logístico à Comissão Fabriqueira dos Remédios para jantar de Carnaval
3 a 8 de Março	Apoio logístico à Associação de Estudantes da Faculdade de Medicina de Lisboa "Projeto Medicina Mais Perto" nas Portas da Cidade/ Mercado da Graça
4 de Março	Batalha das Limas na Avenida Infante D. Henrique



COLISEU
MICAELENSE

6 de Março	Apoio logístico à Casa de Saúde de São Miguel para Solenidade de São João de Deus
7 de Março	Apoio logístico Partido Comunista Português para o jantar do 93º aniversário no Centro Cultural e Cívico de Santa Clara
8 de Março	Apoio logístico ao Grupo Desportivo de São Roque para jantar de angariação de fundos
10 de Março	Conferência "Matrimonio Cristão - Uma Realidade do passado" no Centro Municipal de Cultura
15 de Março	Conferência "Cruzar fronteiras: o olhar da Matemática e do Património pelas calçadas de Ponta Delgada" Universidade dos Açores no Centro Municipal de Cultura
19 e 20 de Março	Apoio logístico às II Jornadas de Intervenção Precoce na Infância no Centro de Saúde de Ponta Delgada
20 de Março	Conferência de Imprensa "Dupla Língua de Ponta Delgada" Núcleo Sportinguista Centro Municipal de Cultura
21 e 22 de Março	Apoio logístico ao Festival EL Açor Tunídeos
22 de Março	Apoio logístico à Associação de Guias de Portugal para jantar da Primavera
22 de Março	Apoio logístico ao Agrupamento 739 da Fajã de Baixo para jantar de Angariação de Fundos
23 de Março	Apoio logístico ao Grupo Desportivo de São Roque para jantar de angariação de fundos
27 de Março	Apresentação de Candidato ao PCP São Miguel no Centro Municipal de Cultura
28 de Março	Apoio logístico à Escola Secundária Antero de Quental para jantar de angariação de fundos Centro Cultural e Cívico de Santa Clara
	ABRIL
2 de abril	Apoio logístico às Comemorações do Dia da Cidade
2 e 4 de Abril	Apoio logístico ao 3º Festival Tecnológico Playnesti - Campus party Universidade dos Açores
4 de Abril	Apoio logístico ao jantar do grupo de agentes turísticos estrangeiros
4 de Abril	Apoio logístico ao Núcleo de Estudante de Medicina da Universidade dos Açores Comemorações do Dia Mundial da Saúde
7 de Abril	Conferência de Imprensa – VIII Torneio de Futebol Infantil do Clube União Micaelense Centro Municipal de Cultura
10 de Abril	Apoio logístico à Associação de Seniores de São Miguel para Reflexão Quaresmal e Eucaristia
12 de Abril	Apoio logístico à ARRISCA para IV Concurso de Omeletas
12 de Abril	Conferência "Leituras em Trânsito: o ano de 2013" Ana Cristina Gil da Universidade dos Açores no Centro Municipal de Cultura
17 de abril	Apoio logístico à "Musica na Torre Sineira"
17 a 21 de Abril	Apoio logístico às Festas Nossa Senhora da Boa Nova na Freguesia de Fajã de baixo
18 e 19 de Abril	Apoio logístico ao VIII Torneio de Futebol Infantil do Clube União Micaelense
20 de Abril	Apoio logístico às 1ª Domingo – Bairro das Laranjeiras na Freguesia de São Pedro
24 a 28 de Abril	Apoio logístico à Festa em Honra do Divino Espírito Santo na Freguesia de Arrifes
25 de Abril	Apoio logístico às Comemorações do 25 de abril Coliseu Micaelense
25 a 27 de Abril	Apoio logístico ao Aniversário dos 80 anos do Marítimo Sport Clube na Freguesia de São Pedro



COLISEU
MICAELENSE

26 de Abril	Lançamento de Livro " Rebelo de Bettencourt. Raízes de Basalto" de Anabela Mimoso Centro Municipal de Cultura
27 de Abril	Apoio logístico ao Clube Motard do Norte para Dia Nacional do Motociclista
27 de Abril	Apoio logístico à Festa do Chocolate da Associação de Guias de Portugal
	MAIO
2 a 6 de Maio	Apoio logístico à Dominga do Espírito Santo na Freguesia de Covoada
2 de Maio	Apoio logístico à Orquestra Ligeira de Ponta Delgada
3 de Maio	Apoio logístico às Marchas Populares de Santo António
3 de Maio	Apoio logístico à Associação dos Escoteiros Grupo 186 – Fajã de Cima para Jantar de angariação de fundos
6 a 11 de Maio	Apoio logístico ao Império da Festa da Levada na Freguesia de São Pedro
9 de Maio	Apoio logístico ao VIII Hospital da Bonecada - Gabinete de Apoio à Pediatria
10 de Maio	Apoio logístico à Paroquia de Capelas para jantar de Angariação de Fundos Cáritas
10 a 11 de Maio	Apoio logístico ao Clube Açoriano de Pesca Desportiva para IX Torneio de Pesca Desportiva
10 a 11 de Maio	Apoio logístico às Festas do Espírito Santo na Freguesia de São Vicente Ferreira
12 a 19 de Maio	Apoio logístico à Exposição de modelismo – viaturas de Rallye
16 de Maio	Apoio logístico à Escola Secundária Domingos Rebelo "Vamos ao Jardim – Feira Solidária "
16 de Maio	Exposição de desenho no Centro Municipal de Cultura
17 de Maio	Apoio logístico ao Coral de São José para Concerto "Tota Pulchura"
22 de Maio	Exposição de fotografia no Centro Municipal de Cultura
22 a 28 de Maio	Apoio logístico ao Coral de São José para as Festas do Senhor Santo Cristo dos Milagres
23 a 26 de Maio	Apoio logístico à Festa do Emigrante no Coliseu Micaelense
23 de Maio	Conferência de Imprensa – Apresentação da Capa do Senhor Santo Cristo dos Milagres Irmandade do Senhor Santo Cristo no Centro Municipal de Cultura
23 de Maio	Exposição temática no Coliseu Micaelense
26 de Maio	Cerimónia de Entrega Oficial do Certificado de Qualificação ISO 9001:2008 do Sistema de Gestão de Qualidade - CMPD
28 de Maio	Exposição coletiva no Centro Municipal de Cultura
	JUNHO
1 de Junho	Apoio logístico à 12ª Edição do Tradicionais Sopas do Espírito Santo à moda das Flores
2 de Junho	Dia Mundial da Criança no Centro Histórico de Ponta Delgada
2 de Junho	Exposição de escultura no Centro Municipal de Cultura
3 de Junho	Exposição fotográfica no Coliseu Micaelense
4/11/18/25/de Junho	Apoio logístico aos Ensaios Banda Militar dos Açores
4 a 9 de Junho	Apoio logístico ao Império da Festa na Freguesia da Relva
6 a 8 de Junho	Apoio logístico às Festividades do Espírito Santo da Irmandade do Espírito Santo da Vila Nova
6 a 11 de Junho	Apoio logístico ao Império da Festa na Freguesia de Arrifes
6 a 11 de Junho	Apoio logístico Império da Festa 2ª Rua de Santa Clara na Freguesia de Santa Clara
7 de Junho	Apoio logístico ao Clube Desportivo os Oliveirenses para Festa Final da época desportiva 2013/2014 na Freguesia da Fajã de Cima
10 de Junho	Exposição de fotografia no Coliseu Micaelense



COLISEU
MICAELENSE

11 a 13 de Junho	Apoio logístico ao Império da Trindade na Freguesia de Santa Bárbara
11 a 16 de Junho	Apoio logístico Império da Trindade 1ª rua da Santa Clara na Freguesia de Santa Clara
12 de Junho	Exposição de pintura no Centro Municipal de Cultura
13 de Junho	Apoio logístico ao Arraial dos Santos Populares – IAC
13 e 14 de Junho	Apoio logístico ao Jantar de São João na Freguesia de Covoadá
15 de Junho	Apoio logístico ao Império da Santíssima Trindade na Freguesia de São Sebastião
17 de Junho	Apoio logístico à Feira dos oceanos - Divisão do ambiente da C.M.P.D.
19 de Junho	Tertulia “Conversas com fotografia” Tema Festividades AFAA no Centro Municipal de Cultura
21 de Junho	Noites de Verão Animação Infantil com insufláveis, atuação da Charanga da Associação de Bombeiros de Ponta Delgada e da Banda Militar dos Açores
21 de Junho	Apoio logístico à “A Tasca” para Festa Popular de São João
21 de junho a 20 de Setembro	Apoio logístico ao Clube União Micaelense
21 a 20 de setembro	Apoio logístico ao Restaurante Arco da Velha
25 de Junho	Noites de Verão Atuação da Associação 9 Circus e da Banda Old School Trio
26 de Junho	Noites de Verão Atuação da Rancho Folclórico de Santa Cecília
26 a 30 de Junho	Apoio logístico ao Império de São Pedro - Gabriela Gamboa
27 de Junho	Noites de Verão Atuação da Banda Stereo Mode
27 a 29 de Junho	Apoio logístico ao Grupo Folclore de São Miguel
28 de Junho	Noites de Verão Animação infantil com insufláveis, atuação do Coro Infante juvenil Edmundo Machado Oliveira
30 de Junho	Conferência de Imprensa “ Grandes Festas do Divino Espírito” no Centro Municipal de Cultura
	JULHO
1 de Julho	Ato público de abertura de propostas no Centro Municipal de Cultura
2 de Julho	Noites de Verão Atuação dos Bombomania
3 de Julho	Exposição Design e Audiovisual no Centro Municipal de Cultura
4 de Julho	Noites de Verão Atuação do Concerto Orquestra Ligeira de Ponta Delgada
5 de Julho	Noites de Verão Animação infantil com insufláveis , desfile e atuação do grupo folclórico de Arrifes
3,10,24,30 de Julho	Apoio logístico aos Ensaios Banda Militar dos Açores
8 de Julho	Conferência Internacional European Cientific Institu no Centro Municipal de Cultura
9 de Julho	Noites de Verão



COLISEU
MICAELENSE

	Atuação do Mar Aquarium
10 de Julho	XI Grandes Festas do Divino Espírito Santo de Ponta Delgada Conferência Inaugural "O Espírito Santo na vivência de um ilhéu", proferida pelo Cónego António Rego, seguido do lançamento do livro "O Ilhéu e a Palavra" Igreja Matriz de São Sebastião Concerto <i>Banda Militar dos Açores</i> e Conservatório Regional de Ponta Delgada Igreja Matriz de São Sebastião
11 de Julho	Mudança da Bandeira do Divino Espírito Santo com a Banda Filarmónica Lira Nossa Senhora da Estrela e a Banda Minerva Saída do Centro Municipal de Cultura para os Paços do Concelho Desfile da Charanga dos Bombeiros - Praça do Município Abertura do Quarto do Espírito Santo - Paços do Concelho Concurso de Massa Sovada - Edifício dos Paços do Concelho Bênção da Despensa do Espírito Santo - Praça Gonçalo Velho Arrematação da massa e do pão - Praça Gonçalo Velho Abertura das Tasquinhas de Solidariedade Social - Lado Sul da Igreja da Matriz Concerto Banda Minerva - Palco da Praça do Município
12 de Julho	Distribuição das pensões pelas Instituições Particulares de Solidariedade Social Partilha popular das Sopas do Espírito Santo - Campo de São Francisco Desfile da escola de percussão "Bora Lá Tocar" na Avenida Infante D. Henrique Cortejo Etnográfico das 24 Freguesias do Concelho - Avenida Infante D. Henrique Recitação do Terço Cantado no Quarto do Espírito Santo Grupo Infantil de folias da Covoada - Palco da Praça do Município Grupo de Folias do Espírito Santo - Coreto das Portas da Cidade Grupo de Cantares de Outrora - Palco da Praça do Município
13 de Julho	Missa da Coroação animada pelo Coral de São Sebastião no Largo da Matriz Bodo de Leite nas Portas da Cidade Grande Coroação dos Impérios do Concelho Campo de S. Francisco, Rua Luís Soares de Sousa, Rua Açoriano Oriental, Largo da Matriz, Rua dos Mercadores, Rua Ernesto do Canto, Rua da Fonte, Avenida Infante D. Henrique e Campo de S. Francisco Grupo Folclórico Ilha Verde - Coreto das Portas da Cidade Grupo de Cantares de São Vicente Ferreira no Palco da Praça do Município Escola de Violas da Relva no Coreto das Portas da Cidade



COLISEU
MICAELENSE

	Cantigas ao Desafio no Palco da Praça do Município
11 de Julho	Encontro com os Escritores Universidade dos Açores no Centro Municipal de Cultura
14 de Julho	Apoio logístico à 4ª Edição do Festival Walk&Talk
15 de Julho	Ato Publico de Proposta de Concurso público para Aquisição de Serviços de Transporte de Mercadorias (aluguer de viaturas com condutor)
15 de Julho	Lançamento do livro "Just Basic – Aprender a programar com Just Basic, do inicial ao avançado" de Pedro Borges de Sousa no Centro Municipal de Cultura
16 de Julho	Noites de Verão Desfile e atuação do Grupo folclórico de Cantares e Bailados da Relva e da Banda Municipal
16 de Julho	Exposição de pintura no Centro Municipal de Cultura
18 e 19 de Julho	Apoio logístico ao Festival Azores Green Fest
18 de Julho	Noites de Verão XXIII Festival de Folclore do Grupo Folclórico Ilha Verde
19 de Julho	Noites de Verão Animação infantil com insufláveis e atuação da Banda.com
22 de Julho	Lançamento do Livro "Saudades de Mim" de António de Medeiros Ferreira
23 de Julho	Noites de Verão Atuação dos "Os Bombomania" e da Banda Undercover
25 a 27 de Julho	Apoio logístico ao Mercado Gourmet
25 de Julho	Apoio logístico Império da Rua do Poço na Freguesia de São Roque
25 de Julho	Noites de Verão Atuação Violas da Terra- Rafael Carvalho e Convidados
25 de Julho	Exposição de pintura no Centro Municipal de Cultura
26 de Julho	Noites de Verão Animação infantil insufláveis Concerto da Escola Violas da Terra
26 de Julho	Apoio logístico Sopas do Espírito Santo – Praceta da Pranchinha
27 de Julho	Noites de Verão Atuação do Grupo Folclórico de São Brás
27 de Julho	Apoio logístico ao 8º Passeio Motard da CMPD
28 de Julho	Apoio logístico à Festa Nossa Senhora das Neves - Freguesia da Relva
28 de Julho	Exposição de fotografia no Centro Municipal de Cultura
30 de Julho	Noites de Verão Atuação do Rancho folclórico do Livramento
31 de Julho	Apoio logístico Roadshow "Partilha uma coca cola com" Refecon Açores
AGOSTO	
1 a 7 de Agosto	Apoio logístico à Comissão Fabriqueira dos Remédios para a Festa Nossa Senhora dos Remédios
1 de Agosto	Noites de Verão Animação infantil com insufláveis

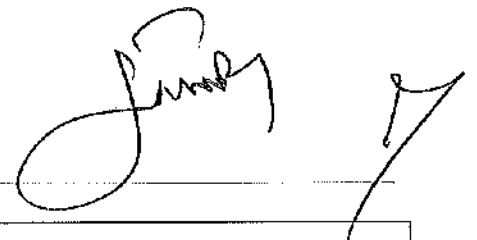


COLISEU
MICAELENSE

Handwritten signature and mark.

	Concerto de Fado com Paulo Linhares e Bárbara Moniz
2 de Agosto	Noites de Verão Animação infantil com insufláveis Atuação do Grupo Cantares d'Outora
6 de Agosto	Noites de Verão Atuação do 9 Circus e da Banda Nossa Senhora das Neves
7 de Agosto	Noites de Verão Atuação do Coral de Letras da Universidade do Porto
8 Agosto	Noites de Verão Animação infantil com insufláveis Concerto de fado com Arminda Alvernaz e Alfredo Gago da Câmara
9 de Agosto	Noites de Verão Animação infantil com insufláveis Atuação do Quartetto All Jazz
13 de Agosto	Noites de Verão Atuação dos "Diabos de Fogo" e da Banda.8
14 de Agosto	Noites de Verão Animação infantil com insufláveis Atuação da Associação de Cantadores ao Desafio
15 de Agosto	Noites de Verão Animação infantil com insufláveis Atuação da Banda Nossa Senhora da Luz
16 de Agosto	Noites de Verão Animação infantil com insufláveis
18 de Agosto	Lançamento do livro de Jorge Arruda no Centro Municipal de Cultura
18 de Agosto	Exposição de fotografia no Centro Municipal de Cultura
20 de Agosto	Noites de Verão Atuação do grupo Urros da Maré
21 de Agosto	Noites de Verão Atuação do Grupo Folclórico da Relva
22 de Agosto	Noites de Verão Animação infantil com insufláveis Atuação da Banda Lira Nossa Sr.ª da Estrela
22 a 24 de Agosto	Apoio logístico ao Mercado Gourmet
23 de Agosto	Noites de Verão Animação infantil com insufláveis Atuação dos Connection e Vânia Dilac
28 de Agosto	Noites de Verão

Handwritten mark.



	Atuação da Banda União das Capelas
30 de Agosto	Noites de Verão Animação infantil com insufláveis Atuação de Pilar Silvestre
	SETEMBRO
2 de setembro	Exposição de pintura no Centro Municipal de Cultura
3 de Setembro	Noites de Verão Atuação de Grupo Folclórico da Fajã de Baixo
4 de Setembro	Noites de Verão Atuação de Filarmónica Minerva dos Ginetes
5 de Setembro	Noites de Verão Atuação de Grupo Violas da Terra
6 de Setembro	Noites de Verão Animação infantil com insufláveis Fantoches e atuação de Orquestra Ligeira de Ponta Delgada
6 de Setembro	Apoio logístico "A Viagem Autônoma2 by Ventoencanado Produções
6 de Setembro	Apoio logístico ao XVI Festival de Sopas da Casa de Saúde de São Miguel
10 de Setembro	Noites de Verão Atuação do Grupo de Chamarrita à Moda do Porto e dos Aspegic
12 a 14 de Setembro	Apoio logístico às Verbenas CNE – Núcleo de SM
12 a 14 de Setembro	Apoio logístico ao Festival Arte + Arte Açores na Freguesia de São Pedro
11 a 17 de Setembro	Apoio logístico à Semana Cultural e Festividades N ^a Sr ^a da Luz Centro Social e Cultural de Fenais da Luz
12 a 13 de Setembro	Apoio logístico ao Projeto "Na Rua Consoia..." CRACA
16 a 21 de Setembro	Apoio logístico ao Torneio de Pesca Desportiva Clube Açoriano de Pesca Desportiva
17 de Setembro	Noites de Verão Atuação de gaita que berra e gigante que dança Lira Nossa Senhora da Saúde
16 de Setembro	Exposição de fotografia no Coliseu Micaelense
18 de Setembro	Exposição de pintura no Centro Municipal de Cultura
19 de Setembro	Noites de Verão Atuação dos Vox Cordis
19 a 21 de Setembro	Apoio Logístico Mercado Gourmet



COLISEU
MICAELENSE

20 de Setembro	Noites de Verão - Animação infantil com insufláveis Atuação dos Bora Lá Tocar e Urros da Maré Atuação da Orquestra Ligeira de Ponta Delgada
25 de Setembro	Formação de Voluntários – Associação de Seniores de São Miguel
25 de Setembro	Exposição de pintura no Centro Municipal de Cultura
	Outubro
1 de Outubro	Apoio logístico ao Orçamento Participativo
1 de Outubro	Exposição de dia comemorativo no Coliseu Micaelense
4 de Outubro	Apoio logístico ao jantar convívio de engenheiros
8 de Outubro	Exposição de arte contemporânea no Coliseu micaelense
9 de Outubro	Exposição de pintura no Centro Municipal de Cultura
10 de Outubro	Ação de Formação para serviços e forças de segurança portuguesas Serviço de estrangeiros e fronteiras – Direção Regional dos Açores Centro Municipal de Cultura
16 de Outubro	Exposição em aguarelas no Coliseu Micaelense
17 de Outubro	Apoio logístico ao Festival de Sopas da Escola Canto da Maia no Centro Cultural e Cívico de Santa Clara
18 de Outubro	Apoio logístico ao III Aniversário do Plano de São Lucas Plano Integrado de Apoio à Pobreza de São José São Lucas
24 a 26 de Outubro	Apoio logístico ao Torneio ITF Future Azores Open - Clube de Ténis de São Miguel
24 de Outubro	Sessão de esclarecimento “Oportunidades Europeias de Financiamento” pela eurodeputada Sofia Ribeiro Sala no Centro Municipal de Cultura
25 de Outubro	Apoio logístico ao jantar de angariação de fundos da Paróquia de Capelas -Cáritas
25 de Outubro	Apoio logístico à Comissão Fabriqueira da Ajuda da Bretanha para Festival de Sopas
30 de Outubro	Exposição de desenho e pintura no Centro Municipal de Cultura
31 de Outubro	Exposição temática no Coliseu Micaelense
	NOVEMBRO
6 de Novembro	Conferência de Imprensa – Gala do Desporto 2014 Ponta Delgada no Centro Municipal de Cultura
7 de Novembro	Lançamento do livro “Migrações e gerações” de Rosa Simas Associação de Seniores de São Miguel no Centro Municipal de Cultura
7/8 de Novembro	Apoio logístico ao jantar de São Martinho na Freguesia de covoad
7 de Novembro	Exposição temática no Centro Municipal de Cultura
11 de Novembro	Apoio logístico ao Convívio de idosos do Concelho de Ponta Delgada para jantar de São Martinho
11 de Novembro	Exposição temática no Coliseu Micaelense
13 de Novembro	Exposição de pintura no Centro Municipal de Cultura



COLISEU
MICAELENSE

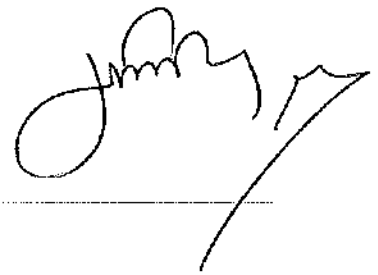
13 de Novembro	Conferência de imprensa para apresentação do Programa de Natal no Centro Municipal de Cultura
15 de Novembro	Apoio logístico ao jantar de angariação de fundos da Freguesia de Fajã de Cima
15 de Novembro	Apoio ao jantar da Associação de Guias de Portugal - II Companhia Fajã de Cima
17 de Novembro	Exposição sobre dia comemorativo no Centro Municipal de Cultura
19 de Novembro	Exposição de joias e bijuteria no Coliseu Micaelense
20 de Novembro	Exposição sobre dia comemorativo no Coliseu Micaelense
20 de Novembro	Exposição de pintura no Centro Municipal de Cultura
21 de Novembro	Exposição sobre dia comemorativo no Coliseu Micaelense
22 de Novembro	Apoio ao jantar de angariação de fundos dos Escoteiros de Portugal Grupo 186 Fajã de Cima
21 a 23 de Novembro	Apoio logístico ao Clube União Micaelense
29 de Novembro	Apoio logístico ao Jantar da Igreja de Santa Clara no Centro Cívico e Cultural de Santa Clara
DEZEMBRO	
1 de Dezembro	Exposição sobre dia comemorativo no Coliseu Micaelense
2 a 24 de Dezembro	Apoio logístico ao Mercadinho de Natal
4 de Dezembro	Conferência de imprensa da Corrida de São Silvestre Centro Municipal de Ponta Delgada
2 de Dezembro	Exposição de trabalhos de natal no Coliseu Micaelense
6 de de Dezembro	Exposição de trabalhos manuais no Centro Municipal de Cultura
12 de Dezembro	Exposição de presépios no Centro Municipal de Cultura
6 de Dezembro	Encontro de carácter político partidário do grupo parlamentar do PSD Açores Centro Municipal de Cultura
6 a 8 de Dezembro	Apoio logístico ao Natal na Rua...consola CRACA
7 de Dezembro	Apoio logístico Concerto de Natal Coral de São José
13 de Dezembro	Apoio logístico ao jantar de natal da Associação de Atletismo de São Miguel
13 de Dezembro	Apoio logístico à Corrida de São Silvestre
19 de Dezembro	Lançamento de livro Carolina Cordeiro Centro Municipal de Cultura
20 de Dezembro	Apoio logístico à Festa de Natal da Associação de Surdos de São Miguel
20 de Dezembro	Apoio logístico ao jantar de amigos Freguesia de Fenais da Luz
26 e 27 de Dezembro	Apoio logístico à Taberna Açor

Total de Eventos

35 Exposições

6 Lançamentos de livros

24 Conferências / ações de formação



129 Apoios logísticos

Eventos de relevo

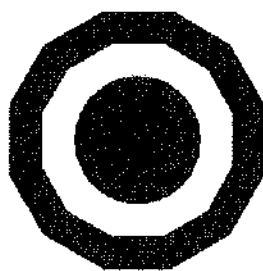
Curso de Carnaval

Dia da Criança

Noites de Verão

Festas do Espírito Santo





COLISEU MICAELENSE



MAPAS

FINANCEIROS

(Balanço. Demonstração Resultados, Fluxos Caixa e
Demonstração dos Capitais Próprios)



Balço - (modelo normal)
a 31-12-2014

COLISEU MICAELENSE, EM,SA
NIPC - 512059420

João

RUBRICAS	NOTAS	DATAS	
		2014	2013
ACTIVO			
Activo não corrente			
Activos fixos tangíveis	3-8-10	15.571.960,31	15.856.169,67
Participações financeiras - método da equivalência patrimonial	3-16	298.298,96	536.773,26
Total do Activo não corrente		15.870.259,27	16.392.942,93
Activo corrente			
Cilentes	3-13	108.459,95	91.549,89
Estado e outros entes públicos	26-30-31	948,38	17.964,91
Outras contas a receber	3	3.884,55	0,00
Diferimentos	3	11.814,73	11.284,05
Caixa e depósitos bancários	4	60.837,60	65.317,49
Total do Activo corrente		185.945,21	186.116,34
Total do activo		16.056.204,48	16.579.059,27
CAPITAL PRÓPRIO E PASSIVO			
Capital próprio			
Capital realizado	28	1.750.000,00	1.750.000,00
Reservas Legais		200.000,00	100.000,00
Outras reservas		66.776,80	64.276,80
Resultados transitados	2	(132.420,78)	(194.261,72)
Ajustamentos em activos financeiros	16	(110.473,36)	133.816,00
Excedentes de revalorização	8	9.988.860,08	9.988.860,08
Outras variações no capital próprio	16	180.799,82	243.829,85
<i>Capital Próprio antes do Resultado do período</i>		11.943.542,56	12.086.521,01
Resultado líquido do período		76.864,70	161.840,94
Total do capital próprio		12.020.407,26	12.248.361,95
Passivo			
Passivo não corrente			
Financiamentos obtidos	10-11	3.100.598,51	3.512.590,56
Passivos por impostos diferidos	26	40.121,93	53.452,23
Total Passivo não corrente		3.140.720,44	3.566.042,79
Passivo corrente			
Fornecedores	3	244.669,70	100.350,82
Estado e outros entes públicos	26-30-31	23.230,01	35.835,63
Financiamentos obtidos	10-11	407.806,84	443.901,85
Outras contas a pagar	3	146.458,45	103.492,78
Diferimentos	23	72.911,78	81.073,45
Total Passivo corrente		895.076,78	764.654,53
Total do passivo		4.035.797,22	4.330.697,32
Total do capital próprio e do passivo		16.056.204,48	16.579.059,27

O Conselho de Administração

João
pedro filipe

O Técnico Oficial de Contas

Hermão Garcia Varão
Hermão Garcia Varão
Inscrição n.º 406 na OTOC



Demonstração dos Resultados por Naturezas - (modelo normal) do período de 2014
(montantes em euros)

COLISEU MICAELENSE, EM, SA

NIPC - 512059420

RENDIMENTOS E GASTOS	NOTAS	PERÍODOS	
		2014	2013
Vendas e serviços prestados	21	714.809,83	449.054,64
Subsídios à exploração	3-6-23	600.750,00	828.500,00
Ganhos/perdas imputados de subsidiárias, assoc. e empreend. conjuntos	3	5.815,06	68.382,71
Fornecimentos e serviços externos	3	(471.228,42)	(332.844,32)
Gastos com o pessoal	29	(331.731,45)	(388.152,24)
Imparidade de dívidas a receber (perdas/reversões)	13	0,00	0,00
Outros rendimentos e ganhos	3-25	95.120,23	101.298,51
Outros gastos e perdas	3	(95.770,55)	(121.863,99)
Resultado antes de depreciações, gastos de financiamento e impostos		517.764,70	604.375,31
Gastos/reversões de depreciação e de amortização	8	(295.809,61)	(295.600,71)
Resultado operacional (antes de gastos de financiamento e impostos)		221.955,09	308.774,60
Juros e gastos similares suportados	3-11	(127.791,17)	(124.286,49)
Resultado antes de impostos		94.163,92	184.488,11
Imposto sobre o rendimento do período	26	(17.299,22)	(22.647,17)
Resultado líquido do período		76.864,70	161.840,94

O Conselho de Administração

[Handwritten signatures of the Board of Administration members]

O Técnico Oficial de Contas

[Handwritten signature]
Hermano García Varão
Inscrição n.º 405 na OTOC



Demonstração dos Fluxos de Caixa do período de 2014

COLISEU MICAELENSE, EM, SA

NIPC - 512059420

RUBRICAS	NOTAS	PERÍODO	
		2014	2013
Fluxos de caixa das actividades operacionais - método directo			
Recebimentos de clientes	3	697.899,77	416.477,76
Pagamentos a fornecedores	3	(324.291,68)	(306.113,58)
Pagamentos ao pessoal	29	(334.608,14)	(384.822,11)
Caixa gerada pelas operações		38.999,95	(274.457,93)
Pagamento/recebimento do imposto sobre o rendimento	26-31	(53.478,31)	(63.836,78)
Outros recebimentos/pagamentos	3	583.418,75	658.258,50
Fluxos de caixa das actividades operacionais (1)		568.940,39	219.983,79
Fluxos de caixa das actividades de investimento			
Pagamentos respeitantes a:			
Activos fixos tangíveis	8	(2.287,39)	(2.116,37)
Investimentos financeiros			0,00
Recebimentos provenientes de:			
Subsídios ao investimento	26	13.330,30	14.456,81
Fluxos de caixa das actividades de investimento (2)		11.042,91	12.340,44
Fluxos de caixa das actividades de financiamento			
Recebimentos provenientes de:			
Pagamentos respeitantes a:			
Financiamentos obtidos	3-10-11	(448.087,06)	(235.227,80)
Juros e gastos similares	11	(136.376,13)	(130.440,08)
Fluxos de caixa das actividades de financiamento (3)		(584.463,19)	(365.667,88)
Varição de caixa e seus equivalentes (1+2+3)		(4.479,89)	(33.363,65)
Caixa e seus equivalentes no início do período	4	65.317,49	98.681,14
Caixa e seus equivalentes no fim do período	4	60.837,60	65.317,49

O Conselho de Administração

[Handwritten signatures of the Board of Administration members]

O Técnico Oficial de Contas

[Handwritten signature of the Official Accounting Technician]
 Hermano Garcia Varão
 Inscrição n.º 405 na OTOC



Demonstração das Alterações no Capital Próprio-período findo 31-12-2014
(montantes em euros)

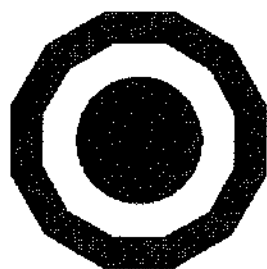
COLISEU MICAELENSE, EM, SA. - NIPC - 512059420

DESCRICAO	NOTAS	Capital Realizado	Aposições próprias	Outras incrementos de capital próprio	Prémios de emissão	Reservas Legais	Outras Reservas	Resultados Transfidos	Alojamentos em ativos financeiros	Excedentes em reavaliação	Outras		Resultado Líquido do Período	Total	Interesses minoritários	Total do Capital Próprio
											variações no capital próprio	variações no capital próprio				
POSICAO NO INICIO DO PERÍODO 2014 6	25	1.750.000,00				100.000,00	61.276,60	(594.251,72)	133.816,60	9.988.860,08	243.979,35	165.840,94	12.244.867,28			12.244.867,28
ALTERAÇÕES NO PERÍODO																
7																
RESULTADO LÍQUIDO DO PERÍODO 8	26												76.864,70	76.864,70		76.864,70
RESULTADO INTEGRAL 9=7+8																
OPERAÇÕES COM DETENTORES DE CAPITAL NO PERÍODO																
10																
POSICAO NO FIM DO PERÍODO 2014 6+7+8+9+10	25	1.750.000,00				200.000,00	61.276,60	(594.250,79)	(510.473,60)	9.988.860,08	1.087.958,65	76.864,70	13.032.467,28			13.032.467,28

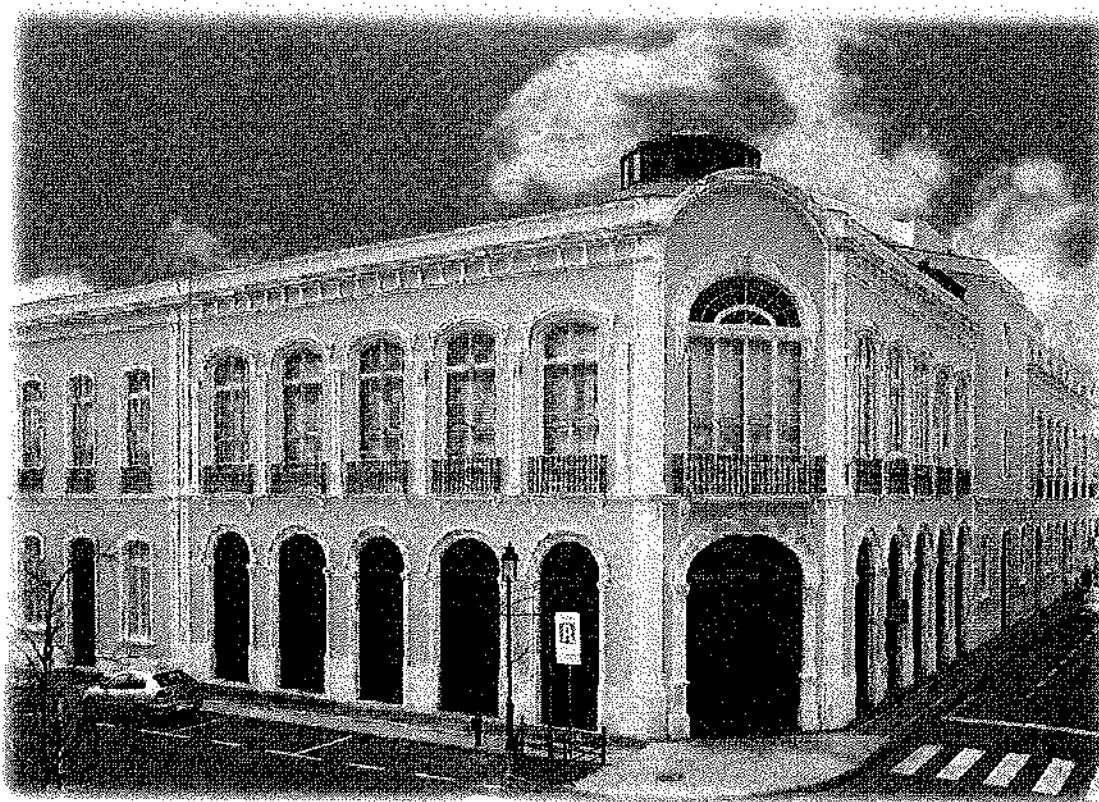
DESCRICAO	NOTAS	Capital Realizado	Aposições próprias	Outras incrementos de capital próprio	Prémios de emissão	Reservas Legais	Outras Reservas	Resultados Transfidos	Alojamentos em ativos financeiros	Excedentes em reavaliação	Outras		Resultado Líquido do Período	Total	Interesses minoritários	Total do Capital Próprio
											variações no capital próprio	variações no capital próprio				
POSICAO NO INICIO DO PERÍODO 2013 1	25	1.750.000,00											251.918,09	12.244.867,28		12.244.867,28
ALTERAÇÕES NO PERÍODO																
Outras alterações reconhecidas no capital próprio						100.000,00		151.918,09	(37.845,89)				(251.918,09)	(99.749,41)		(99.749,41)
2	26					1.000.000,00		151.918,09	(37.845,89)				(251.918,09)	(99.749,41)		(99.749,41)
RESULTADO LÍQUIDO DO PERÍODO 3													165.840,94	165.840,94		165.840,94
RESULTADO INTEGRAL 4=2+3													62.091,53	62.091,53		62.091,53
OPERAÇÕES COM DETENTORES DE CAPITAL NO PERÍODO																
5																
POSICAO NO FIM DO PERÍODO 2013 6+7+8+9+5	25	1.750.000,00				1.000.000,00	61.276,60	(594.250,72)	133.816,60	9.988.860,08	243.979,35	165.840,94	13.032.467,28			13.032.467,28

O Técnico Oficial de Contas
Herrano García Varão
 Herrano García Varão
 Inscrição nº.º 405 na OFOC

O Conselho de Administração
Walter A. F. F. L.
 Walter A. F. F. L.
 Inscrição nº.º 1/14



**COLISEU
MICAELENSE**



**ANEXO ÀS
DEMONSTRAÇÕES
FINANCEIRAS**

Documento elaborado por NECA, Lda

**ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
ANO DE 2014**


INDICE

NOTA 1 - IDENTIFICAÇÃO DA ENTIDADE	01
NOTA 2 - REFERENCIAL CONTABILÍSTICO DE PREPARAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS	01-02
NOTA 3 - PRINCIPAIS POLÍTICAS CONTABILÍSTICAS	03-12
3.1 — Bases de mensuração usadas na preparação das demonstrações financeiras	03
3.2 — Outras políticas contabilísticas:	03-09
3.2.1 Contabilização das participações financeiras em subsidiárias e associadas	03
3.2.2 Diferenças de aquisição - "Goodwill"	03-04
3.2.3 Transacções em moeda estrangeira	04
3.2.4 Passivos financeiros	04
3.2.5 Activos fixos tangíveis	04-05
3.2.6 Capitalização de custos com empréstimos e outros custos directamente atribuíveis	05
3.2.7 Subsídios governamentais	06
3.2.8 Activos intangíveis	06-07
3.2.9 Locações	07
3.2.10 Propriedades de Investimento	07
3.2.11 Inventários	08
3.2.12 Contas a receber	08
3.2.13 Rendimentos e gastos	08
3.2.14 Resultados financeiros	08
3.2.15 Impostos sobre rendimentos	09
3.2.16 Caixa e equivalentes de caixa	09
3.3 — Principais pressupostos relativos ao futuro - Gestão de Risco Financeiro	09-10
3.4 — Principais fontes de incerteza das estimativas	10-12
NOTA 4 - FLUXOS DE CAIXA (NCRF 2)	12
NOTA 5 - POLÍTICAS CONTABILÍSTICAS, ALTERAÇÕES NAS ESTIMATIVAS CONTABILÍSTICAS E ERROS (NCRF 4)	13
NOTA 6 - PARTES RELACIONADAS (NCRF 5)	13

**ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
ANO DE 2014**

(Conclusão)



NOTA 7 - ACTIVOS INTANGÍVEIS (NCRF 6)	13
NOTA 8 - ACTIVOS FIXOS TANGÍVEIS (NCRF 7)	14 e 15
NOTA 9 - ACTIVOS NÃO CORRENTES DETIDOS PARA VENDA E UNIDADES OPERACIONAIS DESCONTINUADAS (NCRF 8)	15
NOTA 10 - LOCAÇÕES (NCRF 9)	15
NOTA 11 - CUSTOS DE EMPRÉSTIMOS OBTIDOS (NCRF 10)	16-19
NOTA 12 - PROPRIEDADES DE INVESTIMENTO (NCRF 11)	19
NOTA 13 - IMPARIDADE DE ACTIVOS (NCRF 12)	20
NOTA 14 - INTERESSES EM EMPREENDIMENTOS CONJUNTOS E INVESTIMENTOS ASSOCIADOS (NCRF 13)	21
NOTA 15 - CONCENTRAÇÕES DE ACTIVIDADES EMPRESARIAIS (NCRF 14)	21
NOTA 16 - INVESTIMENTOS EM SUBSIDIÁRIAS E CONSOLIDAÇÕES (NCRF 15)	22-23
NOTA 17 - EXPLORAÇÃO E AVALIAÇÃO DE RECURSOS MINERAIS (NCRF 16)	23
NOTA 18 - AGRICULTURA (NCRF 17)	24
NOTA 19 - INVENTÁRIOS (NCRF 18)	25
NOTA 20 - CONTRATOS DE CONSTRUÇÃO (NCRF 19)	26
NOTA 21 - RÉDITO (NCRF 20)	27
NOTA 22 - PROVISÕES, PASSIVOS E ACTIVOS CONTIGENTES (NCRF 21)	28
NOTA 23 - SUBSÍDIOS E APOIOS DO GOVERNO (NCRF 22)	28
NOTA 24 - EFEITOS DE ALTERAÇÕES EM TAXAS DE CÂMBIO (NCRF 23)	29
NOTA 25 - ACONTECIMENTOS APÓS A DATA DO BALANÇO (NCRF 24)	29
NOTA 26 - IMPOSTOS SOBRE O RENDIMENTO (NCRF 25)	29-30
NOTA 27 - MATÉRIAS AMBIENTAIS (NCRF 26)	30
NOTA 28 - INSTRUMENTOS FINANCEIROS (NCRF 27)	30-31
NOTA 29 - BENEFÍCIOS DOS EMPREGADOS (NCRF 28)	31-32
NOTA 30 - DIVULGAÇÕES EXIGIDAS POR DIPLOMAS LEGAIS	33-34
NOTA 31 - OUTRAS INFORMAÇÕES	34-38

John X

**ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
ANO DE 2014**

NOTA 1 – IDENTIFICAÇÃO DA ENTIDADE

1.1- Designação da entidade: Coliseu Micaelense – Sociedade de Promoção e Dinamização de Eventos Culturais, Sociais e Recreativos, E.M., S.A. com o NIPC 512059420, matriculada na Conservatória do Registo Comercial de Ponta Delgada, com o Capital Social de 1.750.000,00 euros.

1.2- Sede: Edifício do Coliseu Micaelense sito na Rua de Lisboa, freguesia de São José – Ponta Delgada Telefone: 296209500 - Fax: 296209501 e e-mail: www.coliseumicaelense.pt

1.3- Natureza da atividade: Promoção e dinamização de atividades e eventos culturais, sociais e recreativos;

1.4- Designação da entidade equiparada a empresa-mãe: Município de Ponta Delgada – NIPC 512012814.

1.5- Sede da entidade equiparada a empresa-mãe: Praça da República, freguesia de S. Sebastião – 9504-523 Ponta Delgada. Telefone: 296304400. Fax:296304401 – E-mail: www.cm-pontadelgada.azoresdigital.pt

**NOTA 2 – REFERENCIAL CONTABILÍSTICO DE PREPARAÇÃO DAS
DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS**

2.1 – A sociedade apresenta as suas demonstrações financeiras de acordo com o Sistema de Normalização Contabilística (SNC), aprovado pelo **Decreto-Lei n.º 158/2009, de 13 de Julho com as alterações introduzidas pela Lei n.º 20/2010 de 23 de Agosto.**

2.2 – Não foram derogadas nas demonstrações financeiras, quaisquer disposições do SNC, tendo em vista a necessidade de estas darem uma imagem verdadeira e apropriada do ativo, do passivo e dos resultados da empresa.

2.3 – Não existem situações em que as rubricas não possam ser comparáveis com as do exercício anterior.

2.4 – Foram adotados pela primeira vez, em 2010, as NCRF, não tendo, por tal circunstância, havido afetação da posição financeira e o seu desempenho financeiro, tendo-se considerado **na transição** as situações de reconhecimento, desreconhecimento, reclassificação e mensuração.

Registe-se para efeitos de histórico que o Balanço em **POC do ano de 2009**, não é comparável com o **Balanço de Abertura em SNC** para igual período, devido aos seguintes ajustamentos de conversão

Balanço	31-12-2009 (SNC)	Ajustamento	31-12-2009 (POC)
. Ativo	18.762.013.67	-8.159.25 (a)	18.770.172.92
. Passivo	6.687.606.64	-581.045.38 (b)	7.268.652.02
. Capitais Próprios	12.074.407.03	8.159.25 (c)	11.501.520.90

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
ANO DE 2014

- (a) Desreconhecimento de **Imobilizado Incorpóreo (POC) - Activo Intangível (SNC)**
- (b) Transferência da rubrica 2745 – Subsídios ao Investimento do POC para **5932 – Subsídios ao Investimento – SIVETUR**
- (c) Valor debitado na rubrica **591 – Diferenças de transição**, na quantia de 8.159,25 euros

Enquadramento Fiscal

Decreto Lei n.º 159/2009, de 13 de Julho, Artigo 5.º - Regime Transitório

- Os efeitos nos capitais próprios decorrentes da adoção, pela primeira vez, das Normas Internacionais de Contabilidade, do Sistema de Normalização Contabilística, das Normas de Contabilidade Ajustadas emitidas pelo Banco de Portugal ou do Plano de Contas para as Empresas de Seguros, que sejam considerados **fiscalmente relevantes** nos termos do **Código do IRC** e respetiva legislação complementar, resultantes do **reconhecimento ou do não reconhecimento de ativos ou passivos**, ou de alterações na respetiva mensuração, **concorrem, em partes iguais, para a formação do lucro tributável do primeiro período de tributação em que se apliquem aquelas normas e dos quatro períodos de tributação seguintes.**

Artigo 130.º do CIRC, v.g. Dossier Fiscal

- Assim, o **impacto fiscal** da adoção pela primeira vez das NCRF terá lugar nos **períodos de tributação de 2010 a 2014**, considerando-se **um quinto em cada período**, devendo ser devidamente evidenciado no processo de documentação fiscal.

2.5 – Durante o exercício de 2013 **ocorreram alterações de políticas contabilísticas** relativamente às utilizadas na preparação e apresentação das demonstrações financeiras do exercício findo em 31 de Dezembro de 2012. Concretamente, procedeu-se à alteração das taxas de depreciação da rubrica Edifícios e Construções (Edifício Coliseu Micaelense), baixando-a de 5% para 2.5%, nos termos do **artigo 3.º n.ºs 1 e 2 do Decreto – Regulamentar n.º 25/2009 de 14 de Setembro**. Durante o **exercício de 2014** não ocorreram alterações políticas contabilísticas relativamente às utilizadas na preparação das demonstrações financeiras do exercício findo em 31 de Dezembro de 2014.

**ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
ANO DE 2014**

NOTA 3 - PRINCIPAIS POLÍTICAS CONTABILÍSTICAS

3.1 — Bases de mensuração usadas na preparação das demonstrações financeiras:

As demonstrações financeiras foram preparadas de acordo com o critério base do custo histórico, modificado pela aplicação do justo valor para os instrumentos financeiros derivados, ativos biológicos, propriedades de investimento, ativos e passivos financeiros ao justo valor através de resultados e ativos financeiros disponíveis para venda, exceto aqueles para os quais o justo valor não está disponível.

Ativos não correntes detidos para venda e os grupos de ativos detidos para venda, que venham a ocorrer, serão registados ao menor entre o seu valor contabilístico ou justo valor deduzido dos respetivos custos de venda.

As políticas contabilísticas apresentadas foram aplicadas de forma consistente em todos os exercícios apresentados nas demonstrações financeiras.

3.2 — Outras políticas contabilísticas:

3.2.1 Contabilização das participações financeiras em subsidiárias e associadas

Os investimentos em subsidiárias e associadas que não estejam classificados como ativos não correntes detidos para venda ou incluídos num grupo para alienação que esteja classificado como ativos não correntes detidos para venda, são reconhecidos ao custo de aquisição (ou em alternativa pelo método da equivalência patrimonial) e são sujeitos a testes de imparidade periódicos, sempre que existam indícios que determinada participação financeira possa estar em imparidade.

3.2.2 Diferenças de aquisição - "Goodwill"

Na sequência da transição para as Normas Contabilísticas e de Relato Financeiro, efetuada com referência a 1 de Janeiro de 2010, a sociedade optou por manter o "goodwill" resultante de concentrações de atividades empresariais, ocorridas antes da data da transição, registado de acordo com as anteriores regras contabilísticas aplicadas pela sociedade.

A partir da data de transição, a totalidade do "goodwill" positivo resultante de aquisições é reconhecido como um ativo e registado ao custo de aquisição, não sendo sujeito a amortização.

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS ANO DE 2014

Caso o "goodwill" seja negativo este é registado diretamente em resultados do exercício em que a concentração de atividades ocorre. O valor recuperável do "goodwill" das subsidiárias é **avaliado anualmente**, independentemente da existência de indicadores de imparidade. As eventuais perdas de imparidade determinadas são reconhecidas em resultados do exercício. O valor recuperável é determinado com base no valor em uso dos ativos, sendo calculado com recurso a metodologias de avaliação, suportadas em técnicas de fluxos de caixa descontados, considerando as condições de mercado, o valor temporal e os riscos de negócio.

3.2.3 Transações em moeda estrangeira

As transações em moeda estrangeira são convertidas à taxa de câmbio em vigor na data da transação. Os ativos e passivos monetários expressos em moeda estrangeira são convertidos para Euros à taxa de câmbio em vigor na data do balanço. As diferenças cambiais resultantes desta conversão são reconhecidas nos resultados.

Os ativos e passivos não monetários registados ao custo histórico, expressos em moeda estrangeira, são convertidos à taxa de câmbio da data da transação.

Ativos e passivos não monetários expressos em moeda estrangeira registados ao justo valor são convertidos à taxa de câmbio em vigor na data em que o justo valor foi determinado.

3.2.4 Passivos financeiros

Um instrumento financeiro é classificado como um **passivo financeiro** quando existe uma obrigação contratual por parte do emissor de liquidar capital e/ou juros, mediante a entrega de dinheiro ou de outro ativo financeiro, independentemente da sua forma legal. **Os passivos financeiros** são registados (i) inicialmente pelo seu justo valor deduzido dos custos de transação incorridos e (ii) subsequentemente ao custo amortizado, com base no método da taxa efetiva.

3.2.5 Activos fixos tangíveis

Os ativos fixos tangíveis da sociedade encontram-se registados ao custo de aquisição deduzido das respetivas amortizações acumuladas e perdas por imparidade. Na data da transição para as NCRF, 1 de Janeiro de 2010, a sociedade decidiu considerar como custo dos ativos fixos tangíveis o seu valor reavaliado determinado em conformidade com as anteriores políticas contabilísticas, o qual era equiparável em termos gerais ao custo mensurado de acordo com as NCRF.

Os custos subsequentes são reconhecidos como ativos fixos tangíveis apenas se for provável que deles resultarão benefícios económicos futuros para a sociedade. As despesas com manutenção e reparação são reconhecidas como gastos à medida que são incorridas de acordo com o regime de acréscimo.

**ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
ANO DE 2014**



A sociedade procede a testes de imparidade sempre que eventos ou circunstâncias indiciam que o valor contabilístico excede o valor recuperável, sendo a diferença, caso exista, reconhecida em resultados.

O valor recuperável é determinado como o mais elevado entre o seu preço de venda líquido e o seu valor de uso, sendo este calculado com base no valor atual dos fluxos de caixa futuros estimados que se esperam vir a obter do uso continuado do ativo e da sua alienação no fim da sua vida útil.

Os terrenos não são amortizados. As amortizações dos ativos tangíveis são calculadas segundo o método das quotas constantes (método linear) de acordo com os seguintes períodos de vida útil esperada dos bens:

	Número de anos
Edifícios e outras construções	8 a 50
Equipamento básico	5 a 10
Equipamento de transporte	4 a 25
Equipamento administrativo e utensílios	4 a 10
Outros ativos fixos tangíveis	10 a 25

3.2.6 Capitalização de custos com empréstimos e outros custos diretamente atribuíveis

Os juros de empréstimos **diretamente atribuíveis à aquisição ou construção de ativos** são capitalizados como parte do custo desses ativos. Um ativo elegível para capitalização é um ativo que necessita de um período de tempo substancial para estar disponível para uso ou para venda. O montante de juros a capitalizar é determinado através da aplicação de uma taxa de capitalização sobre o valor dos investimentos efetuados. A taxa de capitalização corresponde à média ponderada dos juros com empréstimos aplicável aos empréstimos em aberto no período.

A capitalização de custos com empréstimos inicia-se quando tem início o investimento, já foram incorridos juros com empréstimos e já se encontram em curso as atividades necessárias para preparar o ativo para estar disponível para uso ou para venda. A capitalização é terminada quando todas as atividades necessárias para colocar o ativo como disponível para uso ou para venda se encontram substancialmente concluídas. Outras despesas diretamente atribuíveis à aquisição e construção dos bens, como os custos com matérias consumidas e custos com pessoal são igualmente incorporadas no custo dos ativos.

**ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
ANO DE 2014**

3.2.7 Subsídios governamentais

Os **subsídios governamentais** são reconhecidos inicialmente quando existe uma certeza razoável que o subsídio será recebido e que a empresa irá cumprir com as condições associadas à atribuição do subsídio.

Os subsídios que compensam a sociedade pela aquisição de um ativo são reconhecidos inicialmente no capital próprio e registados em resultados numa base sistemática de acordo com a vida útil do ativo.

Os subsídios que compensam a sociedade por despesas incorridas são reconhecidos inicialmente como diferimento (passivo) e registados na demonstração dos resultados numa base sistemática, no mesmo período em que as despesas são reconhecidas.

3.2.8 Ativos intangíveis

Os ativos intangíveis da Sociedade encontram-se registados ao custo de aquisição deduzido das respetivas amortizações acumuladas e das perdas por imparidade.

A sociedade procede a testes de imparidade sempre que eventos ou circunstâncias indiciam que o valor contabilístico excede o valor recuperável, sendo a diferença, caso exista, reconhecida em resultados.

O valor recuperável é determinado como o mais elevado entre o seu preço de venda líquido e o seu valor de uso, sendo este calculado com base no valor atual dos fluxos de caixa futuros estimados que se esperam vir a obter do uso continuado do ativo e da sua alienação no fim da sua vida útil.

Aquisição e desenvolvimento de Software

Os custos incorridos com a aquisição de software são capitalizados, assim como as despesas adicionais suportadas pela Sociedade necessárias à sua implementação. Estes custos são amortizados de forma linear ao longo da vida útil esperada dos activos.

Os custos diretamente relacionados com o desenvolvimento de software efetuados pela sociedade, sobre os quais seja expectável que venham a gerar benefícios económicos futuros para além de um exercício, são reconhecidos e registados como ativos intangíveis. Estes custos incluem as despesas com os empregados diretamente afetos aos projetos, sendo amortizados de forma linear ao longo da respetiva vida útil esperada.

Os custos com a manutenção de programas informáticos são reconhecidos como gastos do período em que são incorridos.

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
ANO DE 2014

Direitos de representação

Os direitos de representação (Franchise) são registados como ativos intangíveis e amortizados pelo método das quotas constantes (método linear) pelo período de vida útil da concessão, o qual atualmente não ultrapassa os 5 anos.

Propriedade industrial e outros direitos

As amortizações relativas à propriedade industrial e outros direitos são calculadas com base no método das quotas constantes (método linear) pelo período de vida útil esperado que não excede os 6 anos.

3.2.9 Locações

A sociedade classifica as operações de locação como locações financeiras ou locações operacionais em função da sua substância e não da sua forma legal. São classificadas como locações financeiras as operações em que os riscos e benefícios inerentes à propriedade de um ativo são transferidos para o locatário. Todas as restantes operações de locação são classificadas como locações operacionais.

Locações operacionais

Os pagamentos efetuados pela Sociedade à luz dos contratos de locação operacional são registados nos gastos dos períodos a que dizem respeito.

Locações financeiras

Na ótica do locatário os contratos de locação financeira são registados na data do seu início como ativo e passivo pelo justo valor da propriedade locada, que é equivalente ao valor atual das rendas de locação vincendas.

As rendas são constituídas pelo encargo financeiro e pela amortização financeira do capital. Os encargos financeiros são imputados aos períodos durante o prazo de locação, a fim de produzir uma taxa de juro periódica constante sobre o saldo remanescente do passivo para cada período.

3.2.10 Propriedades de Investimento

A sociedade classifica como propriedades de investimento os imóveis detidos com o objetivo de valorização do capital e/ou obtenção de rendas.

Uma **propriedade de investimento** é mensurada inicialmente pelo seu custo de aquisição ou produção, incluindo os custos de transação que lhe sejam diretamente atribuíveis. Após o reconhecimento inicial as propriedades de investimento são mensuradas ao custo deduzido das amortizações e perdas por imparidade acumuladas (em alternativa podemos usar o justo valor sujeito a um teste de imparidade).

Os custos subsequentes com as propriedades de investimentos só são adicionados ao custo do ativo se for provável que deles resultarão benefícios económicos futuros acrescidos face aos considerados no reconhecimento inicial.

**ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
ANO DE 2014**

3.2.11 Inventários

Os inventários são valorizados ao menor entre o seu custo de aquisição e o seu valor realizável líquido. O custo dos inventários inclui todos os custos de compra, custos de conversão e outros custos incorridos para colocar os inventários no seu local e na sua condição atual. O valor realizável líquido corresponde ao preço de venda estimado no decurso normal da atividade deduzido dos respetivos custos de venda.

As saídas de armazém (consumos) são valorizadas ao custo médio ponderado.

3.2.12 Contas a receber

As contas a receber são inicialmente reconhecidas ao seu justo valor, sendo subsequentemente valorizadas ao custo amortizado, sendo apresentadas em balanço deduzidas das perdas por imparidade que lhe estejam associadas.

As **perdas por imparidade** são registadas com base na avaliação regular da existência de evidência objetiva de imparidade associada aos créditos de cobrança duvidosa na data do balanço. As perdas por imparidade identificadas são registadas por contrapartida de resultados, sendo subsequentemente revertidas por resultados caso se verifique uma redução do montante da perda estimada, num período posterior.

3.2.13 Rendimentos e gastos

Os rendimentos e gastos são registados no período a que se referem independentemente do seu pagamento ou recebimento, de acordo com o princípio de contabilidade em regime de acréscimo. As diferenças entre os montantes recebidos e pagos e as correspondentes receitas e despesas são registadas nas rubricas de Outros ativos ou passivos conforme sejam valores a receber ou a pagar.

O réditto compreende os montantes faturados na venda de produtos ou prestações de serviços líquidos de impostos sobre o valor acrescentado, abatimentos e descontos.

3.2.14 Resultados financeiros

Os resultados financeiros incluem os juros pagos pelos empréstimos obtidos, os juros recebidos de aplicações efetuadas, os dividendos recebidos, os ganhos e perdas resultantes de diferenças de câmbio, os ganhos e perdas realizados, assim como as variações de justo valor relativas a instrumentos financeiros e as variações de justo valor dos riscos cobertos, quando aplicável.

Os juros são reconhecidos de acordo com o regime de acréscimo.

**ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
ANO DE 2014**



3.2.15 Impostos sobre rendimentos

Os impostos sobre lucros registados em resultados, incluem o efeito dos impostos correntes.

Os impostos correntes correspondem ao valor esperado a pagar sobre o rendimento tributável do período, utilizando a taxa de imposto em vigor, à data de balanço, e quaisquer ajustamentos aos impostos de períodos anteriores.

3.2.16 Caixa e equivalentes de caixa

A caixa e seus equivalentes englobam os valores registados no balanço com maturidade inferior a doze meses a contar da data de balanço, onde se incluem a caixa e as disponibilidades em instituições de crédito.

3.3 — Principais pressupostos relativos ao futuro:

Gestão de Risco Financeiro

3.3.1 Riscos de Mercado

3.3.1.1 Risco de Taxa de Juro – POLÍTICA

Em resultado da manutenção de dívida a taxa variável no seu Balanço e dos consequentes fluxos de caixa de pagamento de juros, a entidade está exposta ao **risco de taxa de juro do Euro**.

Considerando que:

a) A volatilidade nos resultados da entidade, não depende apenas da volatilidade dos seus resultados financeiros associada à volatilidade de taxas de juro;

b) Em situações normais de mercado, existe uma correlação entre os níveis de taxa de juro e o crescimento económico, sendo de esperar que o impacto de movimentos na taxa de juro (e respetiva volatilidade nos fluxos de caixa associados ao serviço de dívida) pode em certa medida ser compensado, pelos movimentos nas restantes rubricas de demonstração de resultados, nomeadamente resultados operacionais;

c) A contratação de qualquer estrutura de cobertura, tem implícito um custo de oportunidade associado, a política da entidade relativamente à mitigação deste risco não estabelece a manutenção de qualquer proporção mínima de dívida a taxa fixa (convertida em taxa fixa mediante a utilização de instrumentos financeiros derivados), optando em alternativa por uma abordagem dinâmica de monitorização da exposição que permita uma adequação das condições de mercado à real exposição da entidade, de forma a evitar a abertura de exposição que pode ter impacto real nos resultados da entidade.

**ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
ANO DE 2014**

3.3.1.2 Risco de Taxa de Câmbio

A entidade não apresenta um nível imaterial de exposição a risco de taxa de câmbio.

3.3.1.3 Outros Risco de Preço

A entidade não está exposta a outros riscos relevantes.

3.3.2 Risco de Crédito

O risco de crédito, na entidade resulta maioritariamente (i) dos créditos sobre os seus clientes, relacionados com a atividade operacional e (ii) do seu relacionamento com Instituições Financeiras, no decurso normal da sua atividade.

A gestão de risco da entidade está estruturada nas necessidades próprias dos negócios da entidade tendo em constante consideração:

- a) As particularidades do perfil de clientes associados a cada um dos negócios;
- b) A determinação criteriosa de limites de crédito adequados, por um lado, ao perfil de cliente e, por outro lado, à natureza do negócio, evitando a excessiva concentração de crédito e, conseqüentemente minimizando a sua exposição àquele risco;
- c) Uma regular monitorização das contas de cliente;
- d) O estabelecimento de processos fragmentados de concessão de crédito, com a criação de uma segregação entre os procedimentos administrativos e os procedimentos de decisão;
- e) O recurso às vias legalmente necessárias para recuperação de crédito.

3.3.3 Risco de Liquidez

A gestão do risco de liquidez tem por objetivo garantir que, a todo o momento, a entidade mantém a capacidade financeira para, dentro de condições de mercado não desfavoráveis: (i) cumprir com as suas obrigações de pagamento à medida do seu vencimento e (ii) garantir atempadamente o financiamento adequado ao desenvolvimento dos seus negócios e estratégia.

3.4 — Principais fontes de incerteza das estimativas:

As NCRF requerem que sejam efetuados julgamentos e estimativas no âmbito da tomada de decisão sobre alguns tratamentos contabilísticos com impactos nos valores reportados no total do ativo, passivo, capital próprio, rendimentos e gastos. Os efeitos reais podem diferir das estimativas e julgamentos efetuados, nomeadamente no que se refere ao efeito dos rendimentos e gastos reais.

**ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
ANO DE 2014**



As principais estimativas contabilísticas e julgamentos utilizados na aplicação dos princípios contabilísticos pela sociedade são apresentados nesta nota com o objetivo de melhorar o entendimento de como a sua aplicação afeta os resultados reportados pela sociedade e a sua divulgação.

Uma descrição alargada das principais políticas contabilísticas utilizadas pela sociedade é apresentada nas **Notas 3.1 e 3.2**.

Considerando que em muitas situações existem alternativas ao tratamento contabilístico adotado pela sociedade, os resultados reportados pela sociedade poderiam ser diferentes caso um tratamento diferente tivesse sido escolhido. A administração/gerência considera que as escolhas efetuadas são apropriadas e que **as demonstrações financeiras apresentam de forma adequada a posição financeira da sociedade** e o resultado das suas operações em todos os aspetos materialmente relevantes. Os resultados das alternativas analisadas de seguida são apresentados apenas para assistir o leitor no entendimento das demonstrações financeiras e não têm intenção de sugerir que outras alternativas ou estimativas são mais apropriadas.

Imparidade dos ativos de longo prazo e Goodwill

Os ativos fixos tangíveis e intangíveis são revistos para efeitos de imparidade sempre que existam factos ou circunstâncias que indicam que o seu valor líquido poderá não ser recuperável.

A sociedade revê com uma periodicidade anual os pressupostos que estão na base do julgamento da existência ou não de imparidade no "goodwill" resultante das aquisições de participações em empresas subsidiárias.

Os pressupostos utilizados são sensíveis a alterações dos indicadores macroeconómicos e os pressupostos do negócio utilizado pela gestão. O "goodwill" em empresas associadas é testado sempre que existam circunstâncias que indiquem a existência de imparidade.

Considerando as incertezas quanto ao valor de recuperação do valor líquido dos ativos fixos tangíveis, intangíveis e do "goodwill" pelo facto de se basearem na melhor informação disponível à data, as alterações dos pressupostos poderão resultar em impactos na determinação do nível de imparidade e, conseqüentemente, nos resultados da sociedade.

Cobranças duvidosas

As perdas por imparidade relativas a créditos de cobrança duvidosa são baseadas na avaliação efetuada pela sociedade/ da probabilidade de recuperação dos saldos das contas a receber, antiguidade de saldos, anulação de dívidas e outros fatores. Existem determinadas circunstâncias e factos que podem alterar a estimativa das perdas por imparidade dos saldos das contas a receber face aos pressupostos considerados, *incluindo alterações da conjuntura económica, das tendências sectoriais, da deterioração da situação creditícia dos principais clientes e de incumprimentos significativos*.

**ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
ANO DE 2014**

Este processo de avaliação está sujeito a diversas estimativas e julgamentos. As alterações destas estimativas podem implicar a determinação de diferentes níveis de imparidade e, conseqüentemente, diferentes impactos nos resultados.

Impostos sobre os lucros

A sociedade encontra-se sujeita ao pagamento de impostos sobre os lucros de acordo com a lei portuguesa. A determinação do montante global de impostos sobre os lucros requer determinadas interpretações e estimativas.

Existem diversas transações e cálculos para os quais a determinação do valor final do imposto a pagar é incerto durante o ciclo normal dos negócios. Outras interpretações e estimativas poderiam resultar num nível diferente dos impostos sobre os lucros, correntes e diferidos, reconhecidos no período.

Em Portugal, as **Autoridades Fiscais têm a atribuição de rever o cálculo da matéria coletável efetuado** pela sociedade, durante um período de quatro ou seis anos, no caso de haver prejuízos fiscais reportáveis. Desta forma, é possível que haja correções à matéria coletável, resultantes principalmente de diferenças na interpretação da legislação fiscal. No entanto, é convicção da sociedade de que não haverá correções significativas aos impostos sobre os lucros registados nas demonstrações financeiras.

Benefícios a empregados

A determinação das responsabilidades por benefícios aos empregados requer a utilização de pressupostos e estimativas, incluindo a utilização de projeções salariais. Contudo, as alterações a estes pressupostos não deverão ter um impacto significativo nos valores determinados.

NOTA 4 - FLUXOS DE CAIXA
(NCRF 2)

Não existem saldos de caixa e seus equivalentes que não estejam disponíveis para uso.

Os valores inscritos na rubrica de caixa e depósitos bancários incluem:

	2014 (N)	2013 (N-1)
- Caixa	338.10 €	455.44 €
- Depósitos à Ordem	60.499.50 €	64.862.05 €
- Soma	60.837.60 €	63.317.49 €

**ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
ANO DE 2014**

**NOTA 5 – POLÍTICAS CONTABILÍSTICAS, ALTERAÇÕES NAS
ESTIMATIVAS CONTABILÍSTICAS E ERROS**
(NCRF 4)

Durante o exercício de 2013 ocorreram alterações de políticas contabilísticas relativamente às utilizadas na preparação e apresentação das demonstrações financeiras do exercício findo em 31 de Dezembro de 2012, conforme já referido na Nota 2 – item 2.5.

Concretamente, procedeu-se à alteração das taxas de depreciação da rubrica Edifícios e Construções (Edifício Coliseu Micaelense), baixando-as de 5% para 2.5%, nos termos do **artigo 3.º n.ºs 1 e 2 do Decreto – Regulamentar n.º 25/2009 de 14 de Setembro**.

Da alteração de políticas contabilísticas da empresa, resultou a redução dos Gastos com Depreciação e Amortização, na quantia de € 221.673.88.

Durante o exercício de 2014 não ocorreram alterações de políticas contabilísticas.

NOTA 6 – PARTES RELACIONADAS
(NCRF 5)

O **Município de Ponta Delgada, com o NIPC 512012814**, com sede na Praça da República, freguesia de Sebastião, concelho de Ponta Delgada, detém o **controlo da sociedade, com uma participação de 99,79%** no seu Capital Social, no valor de **1.746.377,00 euros, representada por 3.492.754 ações ao preço unitário de 50 cêntimos**.

Foram efetuadas as seguintes transações com o Município de Ponta Delgada:

Vendas e Compras de produtos e serviços	2014 (N)	2013 (N-1)
- Vendas de Mercadorias	0,00 €	0,00 €
- Compras de Mercadorias	0,00 €	0,00 €
- Prestação de Serviços	0,00 €	0,00 €
Rendimentos Obtidos		
- Subsídios à Exploração	600.000,00 €	828.500,00 €

NOTA 7 – ACTIVOS INTANGÍVEIS
(NCRF 6)

À semelhança do ano de 2010, a empresa não reconheceu nos anos de 2011, 2012, 2013 e 2014, Ativos Intangíveis.

**ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
ANO DE 2014**

NOTA 8 – ACTIVOS FIXOS TANGÍVEIS
(NCRF 7)

A variação verificada no exercício foi a seguinte:

Rubricas	Edifícios e Outras Construções	Equipamento Básico	Equipamento de Transporte	Equipamento Administrativo	TOTAL
1 de Janeiro de 2013 (N-1):					
Valor de aquisição ou reavaliado	20.230.591,59 €	842.367,40 €	0,00 €	59.902,55 €	21.132.861,54 €
Depreciação acumulada	-4.482.729,75 €	-455.981,35 €	0,00 €	-43.171,63 €	-4.981.882,73 €
Valor Líquido	15.747.861,84 €	386.386,05 €	0,00 €	16.730,92 €	16.150.978,81 €
31 de Dezembro de 2013 (N-1)					
Valor Líquido 1 de Janeiro 2013 (N-1)	15.747.861,84 €	386.386,05 €	0,00 €	16.730,92 €	16.150.978,81 €
Excedentes de revalorização					
Aquisições	0,00 €	0,00 €	0,00 €	791,57 €	791,57 €
Alienações	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €
Depreciações do exercício	-221.927,06 €	-69.334,96 €	0,00 €	-4.338,69 €	-295.600,71 €
Regularizações de Depreciações		0,00 €	0,00 €		0,00 €
Valor Líquido 31 Dezembro 2013 (N-1)	15.525.934,78 €	317.051,09 €	0,00 €	13.183,80 €	15.856.169,67 €
31 de Dezembro de 2013 (N-1)					
Valor de aquisição ou reavaliado	20.230.591,59 €	842.367,40 €	0,00 €	60.694,12 €	21.133.653,11 €
Depreciação acumulada	-4.704.656,81 €	-525.316,31 €	0,00 €	-47.510,32 €	-5.277.483,44 €
Valor Líquido	15.525.934,78 €	317.051,09 €	0,00 €	13.183,80 €	15.856.169,67 €
31 de Dezembro de 2014 (N)					
Valor Líquido 1 Janeiro 2014 (N)	15.525.934,78 €	317.051,09 €	0,00 €	13.183,80 €	15.856.169,67 €
Aquisição de subsidiária					0,00 €
Aquisições	0,00 €	2.409,40 €	0,00 €	9.190,85 €	11.600,25 €
Alienações	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €
Depreciações do exercício	-221.927,06 €	-68.911,10 €	0,00 €	-4.971,45 €	-295.809,61 €
Regularizações de Depreciações	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €
Valor Líquido 31 Dezembro 2014 (N)	15.304.007,72 €	250.549,39 €	0,00 €	17.403,20 €	15.571.960,31 €
31 de Dezembro de 2014 (N)					
Valor de aquisição ou reavaliado	20.230.591,59 €	844.776,80 €	0,00 €	69.884,97 €	21.145.253,36 €
Depreciação acumulada	-4.926.583,87 €	-594.227,41 €	0,00 €	-52.481,77 €	-5.573.293,05 €
Valor Líquido	15.304.007,72 €	250.549,39 €	0,00 €	17.403,20 €	15.571.960,31 €

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
ANO DE 2014

Como histórico relevante, registre-se que o Edifício Coliseu Micaelense foi reavaliado em 31 de Dezembro de 2009 (N-2) por avaliadores independentes. As avaliações foram efetuadas numa base do valor do mercado. O excedente de reavaliação foi creditado em Excedentes de Reavaliação no Capital Próprio, resultando numa Reserva de Reavaliação, na quantia de **9.988.860,08 euros**.

A Reavaliação Extraordinária do Imóvel do Coliseu Micaelense, efetuada em 2009, foi a seguinte:

Rubricas	Valor
Valor histórico (rubrica 422-Edifícios e Construções)	12.659.00 €
Valor da reavaliação	11.350.977.36 €
Valor reavaliado	11.363.636.36 €
Amortizações acumuladas (4822 - De Ed. Construções)	1.519.08 €
Valor da reavaliação	1.362.117.28 €
Valor reavaliado	1.363.636.36 €
Excedente de Reavaliação no Capital Próprio	9.988.860.08 €

O mencionado edifício Coliseu Micaelense, constando da rubrica Edifícios e Construções, é um prédio urbano, destinado a Casa de Espetáculos, inscrito com o Artigo Matricial 1707.º - São José, sito na Rua de Lisboa, freguesia de São José, concelho de Ponta Delgada, descrito na Conservatória do Registo Predial de Ponta Delgada sob o n.º 02446 - São José, tem o valor patrimonial de 3.032.031,50 euros e não está onerado com nenhum tipo de garantia, sendo o valor do IMI de 10.612.11 euros.

NOTA 9 - ACTIVOS NÃO CORRENTES DETIDOS PARA VENDA E
UNIDADES OPERACIONAIS DESCONTINUADAS
(NCRF 8)

Durante o exercício de 2014 a empresa não dispunha de Ativos Não Correntes para Venda.

NOTA 10 - LOCAÇÕES
(NCRF 9)

Não existem bens em regime de Locação Financeira.

**ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
ANO DE 2014**

NOTA 11 - CUSTOS DE EMPRÉSTIMOS OBTIDOS
(NCRF 10)

A política contabilística adotada nos custos de empréstimos obtidos, e outros custos diretamente atribuíveis, constam da **nota 3.2.6.**

O total dos Financiamentos Obtidos, na quantia de **€ 3.508.405.35** estão abaixo desenvolvidos.

Rubricas	2014 (N)	2013 (N-1)
- Empréstimos Bancários	3.508.405.35 €	3.956.492.41 €
- Outros Empréstimos (SIVETUR)	00.00 €	00.000 €
- Total	3.508.405.35 €	3.956.492.41 €
- Dívida não corrente	3.100.598.51 €	3.512.590.56 €
- Dívida corrente	407.806.84 €	443.901.85 €

Os **empréstimos bancários** estão, na sua integridade, denominados em euros e vencem juros a taxas de mercado, **com a TAE** (Taxa Anual Efetiva) compreendidas entre 0,8% e 7%.

A dívida bancária a **médio e longo prazo** é exigível como segue:

1. Empréstimo n.º 72067131 - Millennium BCP, na quantia de € 849.999.72

Condições de Financiamento

Número Contrato	CLS 72067131
Montante	968.055,59
Prazo	123 Meses
Taxa Nominal	1,10%
Data Indexante	05-09-2013
Datas vencimento	dia 05
Periodicidade	Trimestral
Amortização de Capital	€ 23,611,11
Início	05-09-2013
Termo	05-12-2023

**ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
ANO DE 2014**

Empréstimo n.º 72067131 - Millennium BCP – Plano Financeiro

Anos	Capital	Juros	I.Selo	Prestação	Dívida
2014					849.999,72
2015	94.444,12	9.092,05	363,69	103.899,86	755.555,60
2016	94.444,44	8.060,87	322,44	102.827,75	661.111,16
2017	94.444,44	6.983,49	279,34	101.707,27	566.666,72
2018	94.444,44	5.929,22	237,17	100.610,83	472.222,28
2019	94.444,44	4.874,94	194,99	99.514,37	377.777,84
2020	94.444,44	3.832,22	153,29	98.429,95	283.333,40
2021	94.444,44	2.766,40	110,66	97.321,50	188.888,96
2022	94.444,44	1.712,12	68,48	96.225,04	94.444,52
2023	94.444,52	657,84	26,31	95.128,67	0,00
Soma	849.999,72	43.909,15	1.756,37	895.665,24	

2. Empréstimo n.º: 89874391 - Millennium BCP. Na quantia de € 1.211.312,95

Condições de Financiamento

Número Contrato	CLS 89874391
Montante	1.390.277,12
Prazo	138 Meses
Taxa Nominal	0,80%
Data Indexante	15-06-2013
Datas vencimento	15
Periodicidade	Semestral
Amortização de Capital	€ 57.832,87
Início	21-12-2004
Termo	15-12-2024

Empréstimo n.º 89874391 - Millennium BCP – Plano Financeiro

Anos	Capital	Juros	I.Selo	Prestação	Dívida
2014					1.211.312,95
2015	121.131,30	9.566,82	382,67	131.080,79	1.090.181,65
2016	121.131,30	9.609,73	344,38	131.085,41	969.050,35
2017	121.131,30	7.602,26	304,17	129.037,73	847.919,05
2018	121.131,30	6.622,97	264,92	128.019,19	726.787,75
2019	121.131,30	5.641,70	225,67	126.998,67	605.656,45
2020	121.131,30	4.673,85	186,96	125.992,11	484.525,15
2021	121.131,30	3.679,14	147,17	124.957,61	363.393,85
2022	121.131,30	2.697,85	98,92	123.928,07	242.262,55
2023	121.131,30	1.716,57	68,66	122.916,53	121.131,25
2024	121.131,25	737,97	29,52	121.898,74	0,00
Soma	1.211.312,95	52.548,86	2.053,04	1.265.914,85	

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
ANO DE 2014

3. Empréstimo n.º: 231631161 - Millenium BCP. Na quantia de € 1.438.356,08

Condições de Financiamento

Número Contrato	c/c 231631161
Montante	1.630.935,76
Prazo	84 Meses
Taxa Nominal	6,83%
Data Indexante	25-03-2013
Datas vencimento	dia 02
Periodicidade	Semestral
Amortização de Capital	Progressivas
Início	02-04-2013
Termo	02-04-2020

Empréstimo n.º 231631161- Millennium BCP - Plano Financeiro

Anos	Capital	Juros	I.Selo	Prestação	Dívida
2014					1.438.356,08
2015	186.948,56	95.768,95	3.830,76	286.548,27	1.251.407,52
2016	246.379,83	81.287,15	3.251,48	330.918,46	1.005.027,69
2017	263.484,71	64.182,27	2.567,29	330.234,27	741.542,98
2018	281.777,10	45.889,88	1.835,59	329.502,57	459.765,88
2019	301.339,44	26.327,54	1.053,10	328.720,08	158.426,44
2020	158.426,44	5.407,09	216,28	164.049,81	0,00
Soma	1.438.356,08	318.862,88	12.754,50	1.769.973,46	

4. Empréstimo n.º: 194913751 - Millenium BCP, na quantia de € 8.736,60

Condições de Financiamento

Número Contrato	Emp. 194913751
Montante	27.750,16
Prazo	54 Meses
Taxa Nominal	3,70%
Data Indexante	31-12-2011
Datas vencimento	Último dia mês
Periodicidade	Mensal
Amortização de Capital	€ 23,611,11
Início	31-12-2011
Termo	31-05-2016

Empréstimo n.º 194913751 - Millennium BCP - Plano Financeiro

Anos	Capital	Juros	I.Selo	Prestação	Dívida
2014					8.736,60
2015	6.166,56	219,11	8,76	6.394,43	2.570,04
2016	2.570,04	23,35	0,93	2.594,32	0,00
Soma	8.736,60	242,46	9,69	8.988,75	

**ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
ANO DE 2014**



O **Incentivo reembolsável**, concedido ao **Coliseu Micaelense** no âmbito do **SIVETUR**, no valor de **1.357.517,00 Euros** que não venceu juros, sendo atribuído pelo prazo total de 8 anos, contados a partir da primeira utilização, os quais incluíram um período de carência de 3 anos e um período de amortização de 5 anos, encontrava-se à data de **31 de Dezembro de 2013**, saldado.

Não existem dívidas a terceiros cobertas por **garantias reais** prestadas pela empresa.

Nos Empréstimos contraídos junto do **Banco Comercial Português**, pelo prazo de 20 anos, a Empresa ofereceu como caução – uma livrança por si subscrita. Para garantia das obrigações emergentes dos Contratos de Financiamento, foi entregue um documento complementar, **Carta Conforto prestada pela Câmara Municipal de Ponta Delgada**, obrigando-se o **Município de Ponta Delgada** a manter a sua participação no capital social da Coliseu Micaelense - Sociedade de Investimentos Imobiliários, EM,SA.

NOTA 12 - PROPRIEDADES DE INVESTIMENTO
(NCRF 11)

São **propriedades de investimento** as detidas para obter rendas ou para valorização do capital ou ambas as finalidades, e não para uso na produção ou fornecimento de bens ou serviços, para finalidades administrativas ou para venda no decurso normal do negócio.

Uma propriedade de investimento só pode ser reconhecida como ativo quando for provável que os benefícios económicos futuros associados à mesma fluam para a entidade e o seu custo possa ser mensurado com fiabilidade

Os Edifícios e Construções estando afetos à atividade da Empresa, no fornecimento de bens e serviços **não se integram no conceito de Propriedades de Investimento.**

**ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
ANO DE 2014**

**NOTA 13 - IMPARIDADE DE ACTIVOS
(NCRF 12)**

A avaliação da imparidade de um ativo (**AFT - Ativo Fixo Tangível, AI - Ativos de Investimentos e PI - Propriedades de Investimento**) deve ser realizada em cada data de relato. Perante qualquer indicação de que um ativo possa estar com imparidade (**valor contabilístico é superior à quantia recuperável**), a entidade deve estimar a quantia recuperável desse ativo.

A empresa, quando avalia estas indicações, deve tomar por base **indicadores internos e indicadores externos**. No que diz respeito **aos indicadores internos ou fontes de informação internas**, deve-se ter em linha de conta o seguinte:

- É visível o dano físico do ativo ou a sua obsolescência;
- Constata-se nos relatórios de informação interna que o desempenho económico do ativo é, ou será, pior do que o previsto;
- Ocorreram no período, ou irão ocorrer no futuro próximo, alterações significativas com efeito adverso na entidade, de modo a afetar a forma como o ativo é usado.

Já no que se refere aos indicadores externos ou fontes de informação externas, há que ter em conta o seguinte:

- O valor de mercado do ativo diminuiu significativamente no período (mais do que seria esperado), em resultado da passagem do tempo ou do seu uso normal;
- Verificaram-se no decurso do período, ou irão ocorrer num futuro próximo, alterações significativas na empresa, como consequência do ambiente tecnológico, de mercado, económico, económico ou legal, em que a empresa opera ou no mercado em que o ativo está agregado;
- As taxas de juro do mercado ou outras taxas de mercado de retorno de investimentos aumentaram durante o período, e esses aumentos provavelmente afetarão a taxa de desconto usada no cálculo do valor de uso do ativo e diminuirão materialmente a quantia recuperável do ativo;
- O valor contabilístico dos ativos líquidos (sinónimo de capitais próprios) da empresa é superior à sua capitalização de mercado.

No Ativo Fixo Tangível da empresa, **não foram reconhecidas Perdas por Imparidade** em nenhum das suas classes.

Apenas no exercício de 2011 foram **registadas Perdas por Imparidade** de clientes, na quantia de **2.063,86 euros** e Reversões de Perdas por Imparidade de Outros Devedores na quantia de **24.545,86 euros**.

Nos exercícios seguintes não se registaram variações nas Perdas por Imparidade, cujos montantes à data de 31 de Dezembro de 2014, eram os seguintes:

	2014 (N)	2013 (N-1)
Em dívidas a receber:		
- Clientes	24.696,28 €	24.696,28 €
- Outros Devedores	0,00 €	0,00 €
Total das Perdas por Imparidade	24.696,28 €	24.696,28 €

**ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
ANO DE 2014**

**NOTA 14 – INTERESSES EM EMPREENDIMENTOS CONJUNTOS E
INVESTIMENTOS ASSOCIADOS**
(NCRF 13)

Os **empreendimentos conjuntos** distinguem-se do **investimento em associadas** pelo facto de a sua existência depender de acordo contratual. Se uma atividade desenvolvida em comum por várias entidades não estiver sujeita a um acordo contratual que estabeleça o controlo conjunto, não se considera um empreendimento conjunto para efeitos desta NCRF.

Os empreendimentos conjuntos caracterizam-se por serem constituídos por dois ou mais empreendedores ligados por um acordo contratual. Esse acordo contratual estabelece o controlo conjunto, e não é mais do que a partilha de controlo, acordada contratualmente, de uma atividade económica, existindo apenas quando as decisões estratégicas, financeiras e operacionais relacionadas com a atividade exigem o consentimento unânime dos empreendedores.

No fundo, é condição essencial para que nenhum empreendedor esteja por si só em posição de controlar unilateralmente a atividade do empreendimento.

Como tal, durante o exercício de 2014, a empresa não esteve envolvida em nenhum empreendimento conjunto.

NOTA 15 – CONCENTRAÇÕES DE ACTIVIDADES EMPRESARIAIS
(NCRF 14)

Durante o exercício, a empresa não empreendeu nenhuma concentração de **atividades empresariais**, considerada como sendo a “junção de entidades ou atividades empresariais numa única entidade que relata”.

Uma **atividade empresarial** não é mais do que um conjunto integrado de atividades conduzidas e de ativos geridos com a finalidade de proporcionar: (1) um retorno aos investidores ou (2) custos mais baixos ou outros benefícios económicos direta e proporcionalmente aos participantes.

Uma **atividade empresarial** geralmente consiste: (1) em inputs, (2) e processos aplicados a esses inputs, e produções resultantes, que são, ou serão, usadas para gerir réditos.

**ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
ANO DE 2014**

NOTA 16 - INVESTIMENTOS EM SUBSIDIÁRIAS E CONSOLIDAÇÕES
(NCRF 15)

Por escritura realizada em 7/05/2004 no Cartório Notarial do Nordeste, exarada no Livro 57-B, de Fls. 48 a Fls 51, foi constituída a Sociedade "**AZORES PARQUE - SOCIEDADE DE DESENVOLVIMENTO E GESTÃO DE PARQUES EMPRESARIAIS, S.A.**" pessoa coletiva com o número fiscal de contribuinte 512081727, com sede no Largo Mártires da Pátria n.º 17, freguesia de São José, concelho de Ponta Delgada, com o **capital social de Um milhão de euros, representado por 200.000 ações, do valor nominal de cinco euros, cada uma**, e com o seguinte **objeto**:-Promoção e desenvolvimento urbanístico e imobiliário de parques empresariais. Prestação de serviços de planeamento, arquitetura - engenharia e gestão bem como prestação de outros serviços conexos e necessários ao desenvolvimento da atividade empresarial.

A Empresa passou a ser sua acionista, participando no respetivo capital social, subscrevendo e realizando **63.000 ações a preço unitário de 5,00 Euros, no valor total de 315.000,00 Euros**, registado na rubrica 41 - Investimentos Financeiros.

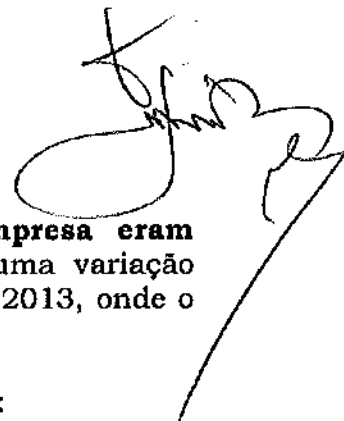
Registe-se para efeitos de **histórico** que pela aplicação do **método da equivalência patrimonial**, segundo o qual o investimento é inicialmente reconhecido pelo custo e posteriormente ajustado em função das alterações verificadas após a aquisição, na quota-parte detida pela empresa, no exercício de **2010** aquela participação financeira, inicialmente de 315.000,00 euros **foi ajustada** pelo valor que proporcionalmente lhes corresponde nos **Capitais Próprios da Azores Parque, SA**, dando origem às seguintes variações:

Rubricas	2014	2013	2012	2011	2010	2009
Saldo Inicial	536.773,26	506.236,44	492.204,65	576.758,88	315.000,00	315.000,00
Ajustamento	-238.474,30	30.536,82	14.031,79	-84.554,23	261.758,88	
Saldo no final do ano	298.298,96	536.773,26	506.236,44	492.204,65	576.758,88	315.000,00

Enquadramento fiscal (N.º 8, Artigo 18.º do CIRC):

- Os rendimentos e gastos, assim como quaisquer outras variações patrimoniais, relevados na contabilidade em consequência da utilização do método da equivalência patrimonial não concorrem para a determinação do lucro tributável, devendo os rendimentos provenientes dos lucros distribuídos ser imputados ao período de tributação em que se adquire o direito aos mesmos.

**ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
ANO DE 2014**



No exercício de 2014, os Capitais Próprios da Empresa eram positivos na quantia de 12.020.407,26 euros, registando uma variação negativa de 227.954,69 euros, comparativamente com o ano de 2013, onde o seu quantitativo foi de 12.248.361,95 euros.

As variações verificadas ocorreram nas seguintes rubricas:

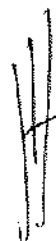
SNC	Rubricas	2014 (N)	2013 (N-1)	Variação
51	Capital Realizado	1.750.000,00	1.750.000,00	0,00
55	Outras Reservas	266.776,80	164.276,80	102.500,00
56	Resultados Transitados	-132.420,78	-194.261,72	61.840,94
57	Ajustamentos Ativos Financeiros	-110.473,36	133.816,00	-244.289,36
58	Excedentes Reavaliação	9.988.860,08	9.988.860,08	0,00
59	Outras Variações	180.799,82	243.829,85	-63.030,03
81	Resultado Líquido	76.864,70	161.840,94	-84.976,24
	Total dos Capitais Próprios	12.020.407,26	12.248.361,95	-227.954,69

A rubrica 57 - Ajustamentos Ativos Financeiros com valor negativo na quantia de € 244.289,36, resulta da aplicação do método de equivalência patrimonial na valorização das participações financeiras do Coliseu Micaelense na Azores Parque, S.A.

NOTA 17 - EXPLORAÇÃO E AVALIAÇÃO DE RECURSOS MINERAIS
(NCRF 16)

A exploração e a avaliação de recursos minerais são a pesquisa de recursos minerais, incluindo minérios, petróleo, gás natural e recursos não regenerativos semelhantes depois da empresa ter obtido os direitos legais de explorar numa área específica, bem como a determinação da exequibilidade técnica e viabilidade comercial de extrair o recurso mineral.

Estando fora do seu âmbito de atividade, não foram prescritos pela empresa qualquer tratamento contabilístico relativo à exploração e avaliação de recursos minerais.



**ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
ANO DE 2014**

NOTA 18 - AGRICULTURA
(NCRF 17)

Esta nota 18, baseada na NCRF 17 tem como objeto prescrever o tratamento contabilístico, a apresentação de demonstrações financeiras e as divulgações relacionadas com a **atividade agrícola**, considerada como sendo a gestão por uma empresa da transformação biológica de animais ou plantas vivos (ativos biológicos) para venda, em produtos agrícolas ou noutros ativos biológicos. Concordantemente, a atividade agrícola depende da intervenção e controlo por parte do homem, pelo que a captura de espécies selvagens (caça, pesca, apanha de frutos selvagens, etc.) não é considerada atividade agrícola, nos termos desta norma, por se tratar de atividade não gerida.

Características comuns das *atividades agrícolas*. (a) Capacidade de alteração - os animais vivos e as plantas são capazes de transformação biológica, (b) gestão de alterações - a gestão facilita a transformação biológica pelo aumento, ou, pelo menos, estabilização, de condições necessárias para que o processo tenha lugar (por exemplo, níveis nutricionais, mistura, temperatura, fertilidade e luz), sendo a gestão elemento fundamental para classificar uma atividade como agrícola; e (c) mensuração de alterações. a alteração de qualidade (por exemplo, mérito genético, densidade, amadurecimento, cobertura de gordura, conteúdo de proteínas e resistência das fibras) ou de transformação biológica é mensurada e monitorizada como uma função de gestão rotinada.

O impacto da adoção desta norma não está confinado apenas às empresas do sector agrícola, sendo também aplicável por empresas que exerçam outras atividades, nomeadamente agroindustrial, mas que tenham também a montante o exercício da atividade agrícola.

O conceito de atividade agrícola definida na **NCRF 17**, é, de certa forma, restritivo, dado que não engloba todas as atividades que tradicionalmente estão definidas na Divisão 01-Agricultura e Pescas da CAE - Classificação Portuguesa das Atividades Económicas - Ver. 3 - a **NCRF 17** apenas enquadra na atividade agrícola as fontes geridas pelo homem, pelo que a pesca de espécies selvagens, a caça e o abate de florestas e plantas selvagens estão excluídas.

À semelhança da nota anterior, estando **fora do seu âmbito de atividade**, não foi prescrito pela empresa qualquer tratamento contabilístico relativo à atividade agrícola.

**ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
ANO DE 2014**

NOTA 19 - INVENTÁRIOS
(NCRF 18)

Os **inventários** seriam mensurados **pele custo**, incluindo todos os custos de compra, como sejam: (a) O preço de compra; (b) Direitos de importação e outros impostos; (c) Custos de transporte, manuseamento e outros custos diretamente atribuíveis à aquisição de bens acabados, de materiais e de serviços; (d) Os descontos comerciais, abatimentos e outros itens semelhantes deduzem-se na determinação dos custos de compra

Nas quantias escrituradas não se consideravam quaisquer ajustamentos, nem reversão de ajustamentos, nem seriam dados inventários como "penhor de garantia a passivos".

Não seriam imputados aos Inventários encargos financeiros e o custeio das existências seria feito pelo custo médio ponderado.

Destinando-se exclusivamente à Prestação de Serviços, **a empresa não tem Inventários.**

Enquadramento fiscal (Artigo 26.º do CIRC)

Para efeitos da determinação do lucro tributável, os rendimentos e gastos dos inventários são os que resultam da aplicação de métodos que utilizem:

- a) Custos de aquisição ou de produção;*
- b) Custos-padrão apurados de acordo com técnicas contabilísticas adequadas;*
- c) Preços de venda deduzidos da margem normal de lucro;*
- d) Preços de venda dos produtos colhidos de ativos biológicos no momento da colheita, deduzidos dos custos estimados no ponto de venda, excluindo os de transporte e outros necessários para colocar os produtos no mercado;*
- e) Valorimetrias especiais para os inventários tidos por básicos ou normais.*

No caso de os inventários requererem um período superior a um ano para atingirem a sua condição de uso ou venda, incluem-se no custo de aquisição ou de produção os custos de empréstimos obtidos que lhes sejam diretamente atribuíveis de acordo com a normalização contabilística especificamente aplicável.

Sempre que a utilização de custos-padrão conduza a desvios significativos, pode a Direção-Geral dos Impostos efetuar as correções adequadas, tendo em conta o campo de aplicação dos mesmos, o montante das vendas e dos inventários finais e o grau de rotação dos inventários.

**ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
ANO DE 2014**

**NOTA 20 - CONTRATOS DE CONSTRUÇÃO
(NCRF 19)**

O objetivo desta nota 20 e a NCRF 19 é a de prescrever **tratamento contabilístico de réditos e custos associados a contratos de construção**, tendo em conta a necessidade de imputar o rédito e os custos do contrato aos períodos contabilísticos em que os trabalhos de construção sejam executados, permitindo, conseqüentemente, apurar os resultados das obras em cada período. Regra geral, os contratos de construção têm início num exercício contabilístico diferente daquele em que terminam.

Esta norma aplica-se na contabilização dos contratos de construção, mas apenas **nas demonstrações financeiras das entidades construtoras**. A contabilização **pelos donos de obra** segue, por exemplo, as regras estabelecidas para os inventários ou para os ativos fixos tangíveis, consoante a finalidade do ativo a ser construído. Logo, podemos afirmar que **é uma norma de aplicação unilateral**.

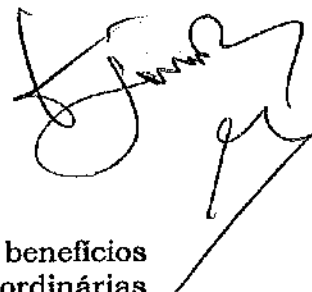
De facto, um contrato de construção é especificamente negociado para a construção de um ativo ou de uma combinação de ativos que estejam intimamente inter-relacionados ou interdependentes em termos da sua conceção, tecnologia e função do seu propósito final.

Existem dois tipos de contratos de construção:

- a) **Contratos de preço fixado** - é um contrato de construção em que a entidade contratada concorda com um preço fixado ou com uma taxa fixada por unidades de *output* que, nalguns casos, está sujeito a cláusulas de custos escalonados; ou
- b) **Contrato de cost plus** - é um contrato de construção em que a entidade contratada é reembolsada por custos permitidos ou de outra forma definidos mais uma percentagem destes custos ou uma remuneração fixada.

Não sendo a empresa uma entidade construtora, atuando na celebração de Contratos de Construção, como dono de obra, a **presente Nota 20 e a NCRF 19, não lhe é aplicável**.

**ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
ANO DE 2014**



**NOTA 21 - RÉDITO
(NCRF 20)**

O conceito de **rédito**, traduz-se no influxo bruto de benefícios económicos durante o período, proveniente do curso das atividades ordinárias de uma entidade quando esses influxos resultarem em aumento de capital próprio, que não sejam relacionados com contribuições de participantes no capital próprio, dos quais já foram veiculados exemplos, nomeadamente, vendas, prestação de serviços e juros.

O **reconhecimento do rédito** proveniente da venda de bens deve ocorrer quando:

- *For transferido para o comprador os riscos e vantagens significativos da propriedade dos bens;*
- *Não se mantiver o controlo efetivo dos bens vendidos, e ou envolvimento continuado na gestão (associação ao grau de posse);*
- *A quantia do rédito puder ser mensurada com fiabilidade;*
- *For provável que os benefícios económicos associados com a transação fluam para a entidade;*
- *Os custos incorridos ou serem incorridos referentes à transação possam ser mensurados com fiabilidade.*

O reconhecimento do rédito proveniente da prestação de serviço deve ocorrer se:

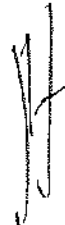
- *O desfecho de uma transação, na fase de acabamento à data do Balanço puder ser estimado com fiabilidade;*
- *O desfecho da transação não puder ser estimado com fiabilidade, mas os custos incorridos forem recuperáveis (reconhece-se até ao valor dos custos recuperáveis);*
- *O desfecho da transação não puder ser estimado com fiabilidade, e os custos incorridos não forem recuperáveis (reconhece-se por um valor nulo).*

Da mesma forma, o rédito proveniente do uso por terceiros de ativos que produzam juros, dividendos e royalties deve ser reconhecido se for provável que os benefícios económicos associados com a transação fluam para a entidade e a quantia do rédito possa ser mensurada com fiabilidade.

Nestes casos, o rédito deve ser reconhecido nas seguintes bases:

- *Juros (utilizar o método do juro efetivo);*
- *Royalties (regime do acréscimo, de acordo com a substância do acordo relevante);*
- *Dividendos (quando for estabelecido o direito do acionista a receber o pagamento).*

Pelo exposto e considerando que **o desfecho de uma transação pode ser estimado com fiabilidade**, dependendo dos seguintes fatores: (a) a quantia do rédito possa ser mensurada com fiabilidade; (b) for provável que os benefícios económicos associados com a transação fluam para a entidade, (c) a fase de acabamento à data do Balanço possa ser mensurada com fiabilidade; e (d) os custos incorridos com a transação ou a serem incorridos para a concluir possam ser mensurados com fiabilidade e **não tendo a empresa realizado operações com tais características, não foram reconhecidos no exercício, réditos pela venda de bens ou prestação de serviços.**



ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
ANO DE 2014

NOTA 22 – PROVISÕES, PASSIVOS E ACTIVOS CONTINGENTES
(NCRF 21)

As **provisões** podem ser distinguidas de outros passivos tais como contas a pagar e acréscimos comerciais, na medida em que se caracterizam pela existência de incerteza acerca da tempestividade ou da quantia dos dispêndios futuros necessários para a sua liquidação, enquanto:

- **As contas a pagar** comerciais são passivos a pagar por bens ou serviços que tenham sido faturados ou formalmente acordados com o fornecedor; e

- **Os acréscimos** são passivos a pagar por bens ou serviços que tenham sido recebidos ou fornecidos mas que não tenham sido pagos, faturados ou formalmente acordados com o fornecedor, incluindo quantias devidas a empregados (por exemplo, quantias relacionadas com pagamento acrescido de férias).

Todas as provisões são contingentes porque são incertas na sua tempestividade ou quantia. O termo “**contingente**” é usado para passivos e activos que não sejam reconhecidos porque a sua existência somente será confirmada pela ocorrência ou não ocorrência de um ou mais eventos futuros incertos, não totalmente sob o controlo da entidade.

Não foram reconhecidos no exercício de 2014, **Ativos e Passivos contingentes**.

NOTA 23 – SUBSÍDIOS E APOIOS DO GOVERNO
(NCRF 22)

Resultantes da celebração de **Contratos Programa** e visando a redução dos **encargos de exploração e concretização do Plano de Atividades**, foram recebidos pela empresa, durante o exercício findo em 31 de Dezembro de 2014 a quantia de **600.000,00 euros**, constando das Demonstrações Financeiras na rubrica **75 – Subsídios à Exploração** do Município de Ponta Delgada.

Todas as condições de atribuição constando do referido **Contrato Programa** foram integralmente satisfeitas, constando das Demonstrações Financeiras, no Passivo, como Ganhos a Reconhecer (conta 28) e na Demonstração dos Resultados por Naturezas, como Subsídios à Exploração (com 75).

A variação dos **Subsídios à Exploração** foi a seguinte:

Rubricas	2014 (N)	2013 (N-1)
- Total dos Subsídios atribuídos	(a) 600.750.00 €	702.500.00 €
- Acréscimo de anos anteriores	00.00 €	125.000.00 €
- Diferimento para ano seguinte	00.00 €	00.00 €
- Subsídios à Exploração no final	600.750.00 €	828.500,00 €

(a) Engloba subsídio de € 750.00, recebido da Direção Regional de Emprego



**ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
ANO DE 2014**

NOTA 24 - EFEITOS DE ALTERAÇÕES EM TAXAS DE CÂMBIO
(NCRF 23)

Sendo todas as operações registadas em Euros, não existem efeitos de alterações em taxas de câmbio.

NOTA 25 - ACONTECIMENTOS APÓS A DATA DO BALANÇO
(NCRF 24)

Não existiram, após a data do Balanço, acontecimentos relevantes, suscetíveis de registo.

NOTA 26 - IMPOSTOS SOBRE O RENDIMENTO
(NCRF 25)

Impostos correntes

O imposto corrente, considerado como sendo a quantia a pagar sobre o rendimento respeitante ao lucro tributável é na quantia de 17.299.22 euros, assim calculado:

Rubricas	2014 (N)	2013 (N-1)
Total dos Rendimentos do Período	1.416.495.12 €	1.447.236.86 €
Total dos Gastos do Período	1.322.331.20 €	1.262.748.75 €
Resultado Contabilístico antes impostos	94.163.92 €	184.488.11 €
Correções Fiscais		
- Acréscimos	9.405.22 €	5.777.12 €
- Diminuições	10859.25 €	71.252.38 €
Total das correções fiscais	-1.754.03€	-65.365.56 €
Lucro Tributável	92.709.89€	119.122.55 €
Cálculo do imposto - Taxa IRC aplicável		
- Taxa de 08,75% s/12.500,00 (a)	2.040.00 €	0,00 €
- Taxa de 17,50% (a)	14.298.62 €	20.846.45 €
Derrama Municipal		
- Taxa de 1,5%	927.10 €	1.786.84 €
Tributações Autónomas	33.50 €	13.88 €
Total Imposto Corrente do Período	17.299.22 €	22.647.17 €

(a) Na liquidação do IRC para o exercício de 2014, até 15.000.00 aplica-se a taxa é de 13.6% = € 2.040.00 e ao excedente a taxa de 18,4% = € 14.298.62 (artigo 87.º n.º 2 do CIRC)

Passivos por Impostos Diferidos

Passivos por impostos diferidos são as quantias de imposto sobre o rendimento, pagáveis em períodos futuros com respeito a diferenças temporárias tributáveis. Estas diferenças temporárias são diferenças entre os valores contabilísticos de ativos e passivos no balanço e a sua base de tributação (valor atribuído ao ativo ou ao passivo para fins fiscais). O saldo desta conta à data de 31 de Dezembro de 2014 é credora na quantia de € 40.121.93 (rubrica 2782104).

**ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
ANO DE 2014**

Resumo do Imposto sobre o Rendimento

	2014 (N)	2013 (N-1)
- Corrente	17.299,22 €	22.647,17 €
- Diferido	0,00 €	0,00 €
- Imposto	17.299,22 €	22.647,17 €

NOTA 27 - MATÉRIAS AMBIENTAIS
(NCRF 26)

Os dispêndios de **carácter ambiental** – incluem os custos das medidas tomadas por uma entidade ou, em seu nome, por outras entidades, para evitar, reduzir ou reparar danos de carácter ambiental decorrente das suas atividades

Não tendo sido incorridos gastos desta natureza, **não foram adotados**, no exercício, critérios para o reconhecimento, mensuração e divulgação dos dispêndios de carácter ambiental, aos passivos e riscos ambientais e aos ativos com eles relacionados, por não haver influência na posição financeira, nas demonstrações financeiras e no relatório de gestão da empresa.

NOTA 28 - INSTRUMENTOS FINANCEIROS
(NCRF 27)

Entende-se por **Ativo Financeiro qualquer ativo** que seja: (a) Dinheiro; (b) Um instrumento de capital próprio de uma outra entidade – ações; (c) Um direito contratual de receber dinheiro ou outro ativo financeiro de outra entidade ou de trocar ativos financeiros ou passivos financeiros com outra entidade em condições que sejam potencialmente favoráveis para a entidade; ou (d) Um contrato que seja ou possa ser liquidado em instrumentos de capital próprio da própria entidade e que seja: um **não derivado** para o qual a entidade esteja, ou possa estar, obrigada a receber um número variável dos instrumentos de capital próprio da própria entidade; ou **um derivado** que seja ou possa ser liquidado de forma diferente da troca de uma quantia fixa em dinheiro ou outro ativo financeiro por um número fixo de instrumentos de capital próprio da própria entidade.

Derivado – é um instrumento financeiro ou outro contrato com todas as três características seguintes: (1) O seu valor altera-se em resposta à alteração numa especificada taxa de juro, preço de instrumento financeiro, preço de mercadoria, taxa de câmbio, índice de preços ou de taxas, notação de crédito ou índice de crédito, ou outra variável, desde que, no caso de uma variável não financeira, a variável não seja específica de uma parte do contrato (por vezes denominada “subjacente”); (2) Não requer qualquer investimento líquido inicial ou requer um investimento inicial líquido inferior ao que seria exigido para outros tipos de contratos que se esperaria que tivessem uma resposta semelhante às alterações nos fatores de mercado; (3) É liquidado numa data futura. Como exemplos de instrumentos derivados podemos referir *os futuros, os forwards, as opções, os swaps, entre outros.*



ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
ANO DE 2014

Não havendo na empresa, **Ativos Financeiros com tais requisitos**, a mesma **não prescreveu qualquer tratamento contabilístico dos instrumentos financeiros e respetivos requisitos** de apresentação e divulgação, não havendo por isso qualquer reconhecimento, mensuração e divulgação desses instrumentos financeiros.

O **Capital Social** da Empresa, é na quantia de **1.750.000,00 euros** e encontra-se integralmente subscrito e realizado em dinheiro, sendo representado por **3.500.000 ações com o valor nominal de 50 cêntimos cada uma**.

A distribuição do Capital Social é a seguinte:

Acionista	Participação	Ações	%
- Município Ponta Delgada	1.746.377.00 €	3.492.754	99,793
- BCA/Banif	41.50 €	83	00,002
- Bensaúde, SA	604.00 €	1.208	00,034
- Mutualista	604.00 €	1.208	00,034
- Melo Abreu	55.00 €	110	00,003
- Outros Acionistas	2.318.50 €	4.637	00,132
Soma	1.750.000.00 €	3.500.000	100,000

De acordo com o **Artigo 6.º do Contrato de Sociedade**, as **“ações são nominativas ou ao portador**, registadas ou não, reciprocamente convertíveis e serão representadas por títulos de uma, cinco, dez, cinquenta e cem, quinhentos, mil, dez mil ou mais ações”.

Durante o período **não se verificou nenhum aumento do Capital Social**.

O último aumento verificou-se **no exercício de 2006**, onde a Empresa aumentou o seu Capital Social, da quantia de 50.000 euros para a quantia de 1.750.000 euros. Aquele aumento na quantia de 1.700.000 euros foi integralmente subscrito e realizado pelo acionista **Município de Ponta Delgada**.

NOTA 29 - BENEFÍCIOS DOS EMPREGADOS
(NCRF 28)

Deverá prescrever-se a contabilização e a divulgação dos **benefícios dos empregados** que incluem: (a) Benefícios a curto prazo dos empregados (salários, ordenados e contribuições para a segurança social); (b) Benefícios pós-emprego (pensões, seguro de vida pós-emprego e cuidados médicos pós-emprego); (c) Outros benefícios a longo prazo dos empregados (licença de longo serviço ou licença sabática, benefícios de invalidez a longo prazo); (d) Benefícios de cessação de emprego); e (e) Benefícios de remuneração em capital próprio.

**ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
ANO DE 2014**

A referida contabilização deverá reconhecer: (a) Um passivo quando um empregado tiver prestado serviços em troca de benefícios de empregados a serem pagos no futuro; e (b) Um gasto quando a entidade consumir o benefício económico proveniente do serviço proporcionado por um empregado em troca dos benefícios do empregado.

Durante o ano de 2014, não havendo situações idênticas às descritas, a empresa **não reconheceu quaisquer Benefícios dos Empregados.**

Durante o exercício de 2013, procedeu-se à reestruturação dos quadros diretivos da empresa com a eleição dos **novos órgãos sociais para o triénio 2013-2015.**

O número de trabalhadores e horas trabalhadas constam do quadro seguinte:

Recursos Humanos	Sexo F	Horas Anuais Trabalho	Sexo M	Horas Anuais Trabalho	Total R.H.	Total Anual Horas Trabalho
1. Trabalhadores						
- Contratados	0	0	0	0	0	0
- Efetivos	7	12.705	(a) 10	17.175	17	29.880
2. Administração	0	0	3	n.d.	3	n.d.
Total Geral	7	12.705	13	17.175	21	29.880

(a) Inclui trabalhador a tempo parcial

Os Gastos com o Pessoal tiveram a seguinte evolução:

Gastos com o pessoal	2014 (N)	2013 (N-1)
- Salários e ordenados, incluindo gastos com rescisão de contratos de trabalho	262.196.18 €	304.724.83 €
- Contribuições para a Segurança Social	60.166.25 €	64.198.96 €
- Seguros de Acidentes no Trabalho	5.937.75 €	7.698.60 €
- Indemnizações	408.33 €	11.522.45 €
- Outros gastos com o pessoal	3.022.94 €	7.40 €
Soma	331.731.45 €	388.152.24 €

Foram contabilizadas na rubrica 272212 - Remuneração a Pagar, a quantia de **43.050.37 euros** para Férias e Encargos com Férias de 2014 a serem pagas em 2015 e nos limites legalmente permitidos.

**ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
ANO DE 2014**

NOTA 30 – DIVULGAÇÕES EXIGIDAS POR DIPLOMAS LEGAIS

30.1 Artigos 66.º A e 508.º F do Código das Sociedades Comerciais

Os honorários facturados pelos Revisores Oficiais de Contas, foram os seguintes:

Rubricas	2014 (N)	2013 (N-1)
- Revisão Legal das Contas	8.059.00 €	8.959.00 €
- Serviços de Garantia de Fiabilidade		
- Consultadoria Fiscal		
- Totais	8.959.00 €	8.959.00 €

30.2 Artigo 210.º do Código Contributivo

De acordo com o disposto nos n.ºs. 1 e 2 do Artigo 210.º do Código Contributivo, declara-se que esta Empresa não se encontrava em situação de dívida vencida perante a Segurança Social, em 31 de Dezembro de 2014.

30.3 DL n.º 534/80 de 7 de Novembro

À data do balanço a empresa não era devedora ao Estado de quaisquer contribuições e impostos.

30.4 Contratos de apoio governamentais e/ou autárquicos

A empresa, é uma Sociedade Anónima e como tal regulada pelo Código das Sociedades Comerciais, nomeadamente pelos Artigos 271.º a 464.º

Porém, sendo uma sociedade em que o Estado, diretamente ou por intermédio de empresas públicas ou outras entidades equiparadas por lei para esse efeito, fique a **deter a maioria do capital**, e considerando que por lei são equiparadas ao Estado as regiões autónomas, **as autarquias locais**, a Caixa Geral de Depósitos, o Instituto de Gestão Financeira da Segurança Social e o IPE – Investimentos e Participações do Estado, SA (artigos 273.º e 545.º do CSC) a empresa está abrangida pelo **Regime Jurídico do Sector Empresarial, aprovado pela Lei n.º 53-F/2006 de 29 de Dezembro, revogada e substituída pela Lei n.º 50/2012 de 31 de Agosto.**

**ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
ANO DE 2014**

Durante o ano de 2013, foram adequados os Estatutos da sociedade, procedendo-se à indicação da sua natureza municipal, estando em curso a alienação das suas participações sociais, tudo **em conformidade com a referida Lei n.º 50/2012** de 31 de Agosto e de acordo com o exigido no seus **artigos 19.º n.º 1, 68.º n.º 4 e 70.º n.º 1.**

Os apoios concedidos à empresa por parte do **Município de Ponta Delgada**, enquadram-se no disposto no **Decreto-Lei n.º 384/87** de 24.12, alterado pelos **Decretos-Leis n.º 157/90** de 17.05 e **319/2001**, de 10.12, conjugado com os **Artigos 9.º e 23.º** da referida **Lei n.º 53-F/2006** de 29.12, alterada e revogada pela **Lei n.º 50/2012** de 31 de Agosto.

NOTA 31 – OUTRAS INFORMAÇÕES

31.1 Operações relevantes

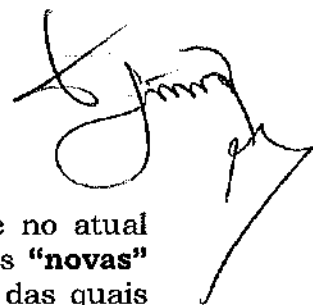
As **Demonstrações Financeiras da Empresa**, cujo **Resultado Líquido do Período de Janeiro a Dezembro de 2014**, conforme já atrás referido, é positivo na quantia de **76.864.70 euros**, estão influenciadas pelas seguintes operações relevantes:

a) **Ajustamento da participação na Azores Parque, SA**, passando-a da quantia de **536.773.26 euros** para a quantia de **298.298.96 euros** (rubrica 41211).

b) Por força dos **resultados Líquidos do Período de Janeiro a Dezembro de 2014 da Azores Parque, SA**, positivos na quantia de **18.460.50 euros**, os Resultados do Período da empresa, foram influenciados positivamente com o registo a crédito da rubrica **7851 - Rendimentos e Ganhos em Associadas - Aplicação do método da equivalência patrimonial**, na quantia de **5.815.06 euros**;

c) - **Imputação a Rendimentos do exercício de 2014 na rubrica 7883 - Subsídios ao Investimento**, da quantia de **76.360.33 euros - Sivetur.**

**ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
ANO DE 2014**



31.2 Sector Empresarial Local

Tal como já foi referido no ano de 2012, constata-se que no atual contexto de grave crise económica e financeira, foram estabelecidas “**novas**” regras de funcionamento do sector empresarial local, algumas das quais previstas na Lei n.º 55/2011 de 15.11 que procede à terceira alteração à Lei n.º 53-F/2006, de 29.12, que estabelece o regime jurídico do sector empresarial local, entretanto revogadas e substituídas pela Lei n.º 50/2012 de 31 de Agosto.

A Lei n.º 50/2012 de 31 de Agosto que aprovou o novo Regime Jurídico da atividade empresarial local e das participações locais, revogando as Leis n.º 53-F/2006, de 29 de Dezembro e n.º 55/2011, de 15 de Novembro, veio, de forma inédita e surpreendente, no seu artigo 62.º com a epígrafe - **Dissolução das empresas locais** - acrescentar outras formas e causas de “dissolução”, referindo o seu número um, citamos, o seguinte:

Artigo 62.º

Dissolução das empresas locais

1 - Sem prejuízo do disposto no artigo 35.º do Código das Sociedades Comerciais (que não permite que os Capitais Próprios sejam inferiores a 50% do Capital Social), as empresas locais (como o **Coliseu Micaelense, E.M., S.A.**) são obrigatoriamente objeto de deliberação de dissolução no prazo de seis meses, sempre que se verifique uma das seguintes situações:

a) As vendas e prestações de serviços realizados durante os últimos três anos não cobrem, pelo menos, 50% dos gastos totais dos respetivos exercícios;

b) Quando se verificar que, nos últimos três anos, o peso contributivo dos subsídios à exploração é superior a 50% das suas receitas;

c) Quando se verificar que, nos últimos três anos, o valor do resultado operacional subtraído do mesmo o valor correspondente às amortizações e às depreciações é negativo;

d) Quando se verificar que, nos últimos três anos, o Resultado Líquido é Negativo.



**ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
ANO DE 2014**

Avaliando a **evolução do Coliseu Micaelense, S.A.**, no âmbito do citado **artigo 62.º**, a mesma é a que consta do seguinte quadro:

PARAMETROS	2014	2013	2012	2011	Art.º 62.º
Vendas e Prestação de Serviços (1)	714.809,83	449.054,84	728.724,16	598.954,36	
Gastos totais (2)	1.339.630,42	1.285.395,92	1.435.408,80	1.667.667,65	
Artigo 62.º n.º 1 alínea a) (1/2)	0,53	0,35	0,51	36%	50%
Subsídios à Exploração (3)	600.750,00	828.500,00	562.500,00	687.500,00	
Total dos Rendimentos (4)	1.416.495,12	1.447.236,86	1.687.326,89	1.677.532,84	
Artigo 62.º n.º 1 alínea b) (3/4)	0,42	0,57	0,33	41%	(-) 50%
Resultado Operacional (5)	221.955,09	308.774,60	376.658,44	102.206,83	
Depreciação (6)	295.809,61	295.600,71	518.518,92	741.745,24	
Artigo 62.º n.º 1 alínea c) (5+6)	517.764,70	604.375,31	895.177,36	843.952,07	Positivo
Resultado Líquido (Art.º 62.º n.º 1 al. d)	76.864,70	161.840,94	251.918,09	9.865,19	Positivo

Durante o ano de 2013, foram adequados os Estatutos da sociedade, procedendo-se à indicação da sua natureza municipal, estando em curso a alienação das suas participações sociais, tudo em conformidade com a referida Lei n.º 50/2012 de 31 de Agosto e de acordo com o exigido no seus artigos 19.º n.º 1, 68.º n.º 4 e 70.º n.º 1.

Também no ano de 2013 foram **eleitos os novos Órgãos Sociais** em conformidade com a "reestruturação exigida" pelos Estatutos da Sociedade, para o **triénio 2013-2015**.

31.3 Estado e outros entes públicos

O detalhe da rubrica de "**Estado e Outros Entes Públicos**" em 31 de Dezembro é a seguinte:

Rubricas	2014 (N)	2013 (N-1)
Imposto s/o Valor Acrescentado		
Imposto s/o Rendimento Pessoas Coletivas	691.78 €	17.964.91 €
. Imposto estimado		
. Pagamentos por conta		
. Retenções na fonte		
Imposto s/o Rendimento Pessoas Singulares	256.60 €	
TOTAL DO ATIVO	948.38 €	17.964.91 €
Imposto s/o Rendimento Pessoas Singulares	2.726.00 €	4.662.78 €
Imposto s/o Valor Acrescentado	13.777.69 €	23.641.81 €
Contribuições para a Segurança Social	6.726.32 €	531.04 €
Imposto s/o Rendimento Pessoas Coletivas		€
. Imposto estimado		
. Pagamentos por conta		
. Retenções na fonte		
TOTAL DO PASSIVO	23.230.01 €	35.835.63 €

**ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
ANO DE 2014**

31.4 Projeto de Candidatura aos Incentivos Financeiros no âmbito do SIVETUR

Registe-se como histórico relevante que a Empresa viu **aprovado o seu Projecto de Candidatura** aos Incentivos Financeiros no âmbito do Sistema de Incentivos a Produtos Turísticos de Vocação Estratégica (SIVETUR), tendo o número 00/14459.

Com um **projecto de investimento de 5.166.416,00 euros**, executado no período compreendido entre 1 de Outubro de 2003 e 1 de Outubro de 2005, e já tendo ocorrido o seu encerramento financeiro, foi-lhe **concedido um incentivo**, já corrigido, no valor total de 2.908.871,04 euros que revestiu as seguintes modalidades:

a) **Incentivo reembolsável** até ao valor de **1.357.517,00 Euros** que não vence juros, sendo atribuído pelo prazo total de 8 anos, contados a partir da primeira utilização, os quais incluem um período de carência de 3 anos e um período de amortização de 5 anos. O incentivo reembolsável é amortizado em semestralidades, vencendo-se a primeira prestação seis meses após o termo do período de carência.

b) **Incentivo não reembolsável** no valor de **1.551.354,04 Euros**.

Já no exercício de 2010 e a **premiar a qualidade da execução do seu Projecto de candidatura ao SIVETUR**, a Empresa recebeu um Prémio, na quantia de **610.882,65 euros**, com o qual procedeu à **amortização do seu Incentivo não reembolsável** (inicialmente de 1.551.354,04 euros), o qual, conforme consta da **Nota 11**, à data de 31 de Dezembro de 2010, baixou para a quantia de 67.875,85 euros (rubrica 25821).

O valor registado nas rubricas **5932 - Subsídios ao Investimento - SIVETUR (inicial de 1.551.354,04 euros)** e **5933 - Subsídios ao Investimento - SIVETUR - Prémio (inicial de 610.882,65 euros)**, que à data de 31 de Dezembro, são respectivamente, de 286.536,94 euros e 428.711,60 euros, serão imputados à conta **7883 - Imputação de Subsídios para Investimentos - SIVETUR**, na proporção de 1/8 o que corresponderá a uma taxa de **12,5%** e a um valor anual de **270.279,57 euros**, assim calculado:

5932 - Incentivo ao Investimento não reembolsável	
1.551.354,04 Euros x 12,5%	193.919,24
5933 - Incentivo ao Investimento (Prémio)	
610.882,65 Euros x 12,5% =	76.360,33
Total anual a imputar a rendimentos (7883)	270.279,57

O Subsídio ao Investimento não reembolsável do SIVETUR, no valor inicial de € **1.551.354,04**, já foi totalmente imputado a Rendimentos, em períodos anteriores.

**ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
ANO DE 2014**

O valor registado na rubrica 5933 (entretanto transferido para a rubrica 5931) - Subsídios ao Investimento - SIVETUR - Prémio (inicial de 610.882,65 euros), que à data de 31 de Dezembro de 2014, é na quantia de € 229.081,00, será imputados à conta 7883 - Imputação de Subsídios para Investimentos - SIVETUR, na proporção de 1/8 o que corresponderá a uma taxa de 12,5% e a um valor anual de 76.360,33 euros, assim calculado:

Ano	Imputação	Subsidio	SNC
Incentivo		229.081,00	5931/78832
2015	76.360,33	152.720,67	5931/78832
2016	76.360,33	76.360,34	5931/78832
2017	76.360,34	0,00	5931/78832
Totais	229.081,00		

Ponta Delgada, 23 de Fevereiro de 2015

O Conselho de Administração

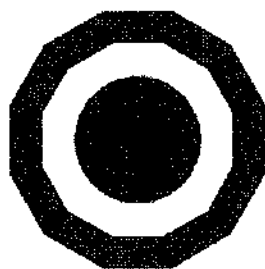

JOSÉ MANUEL ALMEIDA MEDEIROS
Presidente


HELDER ALBERTO MARTINS FIALHO
Vogal

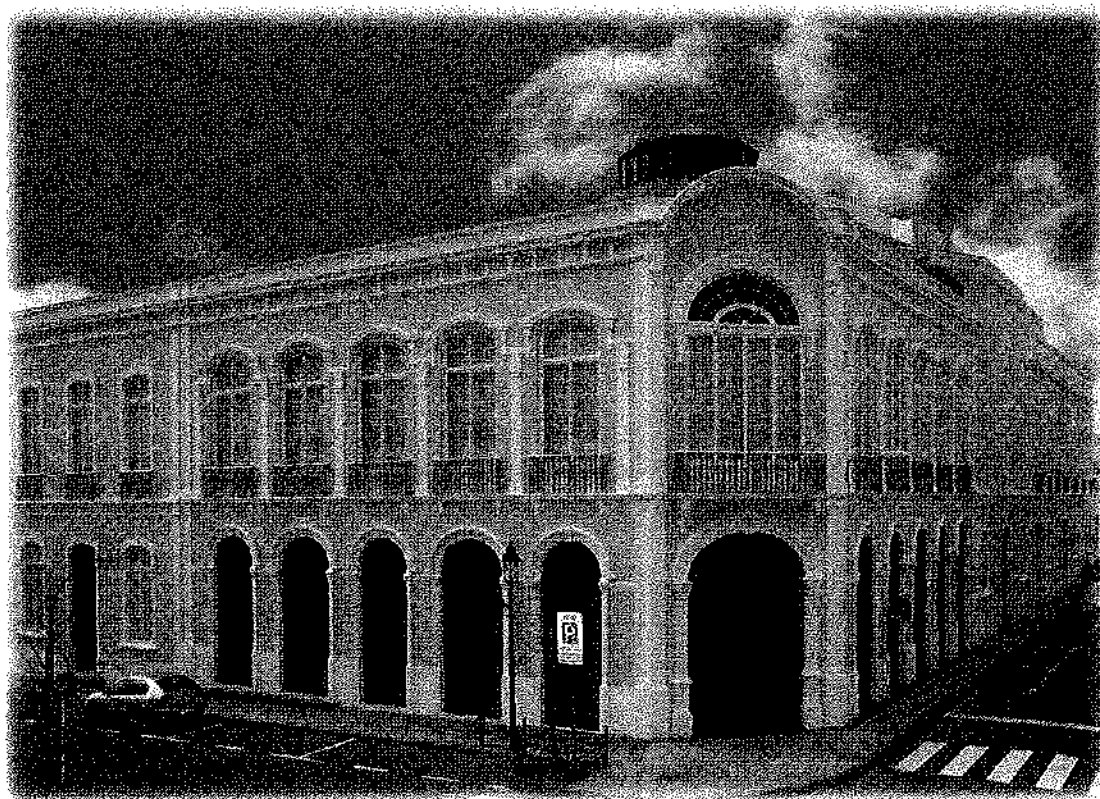

PEDRO FILIPE RODRIGUES FURTADO
Vogal

O Técnico Oficial de Contas


HERMANO GARCIA VARÃO
Inscrição N.º 405



**COLISEU
MICAELENSE**



**CERTIFICAÇÃO
LEGAL DAS
CONTAS**

Documento elaborado por NECA, Lda

CERTIFICAÇÃO LEGAL DAS CONTAS

INTRODUÇÃO


1. Examinámos as demonstrações financeiras do COLISEU MICAELENSE – SOCIEDADE DE PROMOÇÃO E DINAMIZAÇÃO DE EVENTOS CULTURAIS, SOCIAIS E RECREATIVOS, E.M., S.A., as quais compreendem o Balanço em 31 de Dezembro de 2014, (que evidencia um total de 16.056.204 euros e um total de capital próprio de 12.020.407 euros, incluindo um resultado líquido de 76.865 euros), as Demonstrações dos resultados por naturezas, das alterações no capital próprio e dos fluxos de caixa do exercício findo naquela data e o correspondente Anexo.

RESPONSABILIDADES

2. É da responsabilidade do Conselho de Administração a preparação de demonstrações financeiras que apresentem de forma verdadeira e apropriada a posição financeira da Empresa, o resultado das suas operações e os fluxos de caixa, bem como a adopção de políticas e critérios contabilísticos adequados e a manutenção de um sistema de controlo interno apropriado.
3. A nossa responsabilidade consiste em expressar uma opinião profissional e independente, baseada no nosso exame daquelas demonstrações financeiras.

ÂMBITO

4. Exceto quanto à limitação descrita no parágrafo nº 7 abaixo, o exame a que procedemos foi efectuado de acordo com as Normas Técnicas e as Directrizes de Revisão/Auditoria da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas, as quais exigem que o mesmo seja planeado e executado com o objectivo de obter um grau de segurança aceitável sobre se as demonstrações financeiras estão isentas de distorções materialmente relevantes. Para tanto o referido exame inclui:
 - a verificação, numa base de amostragem, do suporte das quantias e divulgações constantes das demonstrações financeiras e a avaliação das estimativas, baseadas em juízos e critérios definidos pelo Conselho de Administração, utilizadas na sua preparação;
 - a apreciação sobre se são adequadas as políticas contabilísticas adoptadas e a sua divulgação, tendo em conta as circunstâncias;

 a verificação da aplicabilidade do princípio da continuidade; e

- a apreciação sobre se é adequada, em termos globais, a apresentação das demonstrações financeiras.

- 5. O nosso exame abrangeu também a verificação da concordância da informação financeira constante do relatório de gestão com as demonstrações financeiras.

- 6. Entendemos que o exame efectuado proporciona uma base aceitável para a expressão da nossa opinião.

RESERVAS

- 7. As demonstrações financeiras, em 31 de Dezembro de 2014, da associada AZORES PARQUE – SOCIEDADE DE DESENVOLVIMENTO E GESTÃO DE PARQUES EMPRESARIAIS – E.M., S.A., cujo investimento financeiro se encontra registado no balanço de acordo com o método da equivalência patrimonial, contém uma reserva por limitação que se relaciona com o valor actual da conta “Produtos e Trabalhos em Curso – Terrenos”.

- 8. Igualmente, as mesmas demonstrações financeiras, da associada indicada em 7., contém uma reserva por desacordo referente à contabilização na conta “Resultados Transitados” de perdas por imparidade em “Produtos e Trabalhos em Curso”, no montante de 775.522 euros.

OPINIÃO

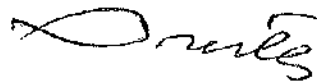
- 9. Em nossa opinião, exceto quanto aos efeitos dos ajustamentos que poderiam revelar-se necessários caso não existisse a limitação descrita no parágrafo nº 7 e quanto aos efeitos do assunto mencionado no parágrafo nº 8 acima, as referidas demonstrações financeiras apresentam de forma verdadeira e apropriada, em todos os aspectos materialmente relevantes, a posição financeira do COLISEU MICAELENSE – SOCIEDADE DE PROMOÇÃO E DINAMIZAÇÃO DE EVENTOS CULTURAIS, SOCIAIS E RECREATIVOS, E.M., S.A. em 31 de Dezembro de 2014, o resultado das suas operações e os fluxos de caixa no exercício findo naquela data, em conformidade com os princípios contabilísticos geralmente aceites em Portugal.



RELATO SOBRE OUTROS REQUISITOS LEGAIS

10. É também nossa opinião que a informação constante do relatório de gestão é concordante com as demonstrações financeiras do exercício.

Ponta Delgada, 24 de Fevereiro de 2015



Duarte Giesta, SROC, Unipessoal, Lda.
representada por
Duarte Félix Tavares Giesta (ROC nº520)

RELATÓRIO E PARECER DO FISCAL ÚNICO

EXERCÍCIO DE 2014

Senhores Accionistas:


No cumprimento do disposto na alínea g) do nº 1 do Artigo 420º do Código das Sociedades Comerciais, vimos apresentar o nosso Relatório e dar Parecer sobre o relatório de gestão, contas e proposta de aplicação do resultado que nos foram apresentados pelo Conselho de Administração do COLISEU MICAELENSE – SOCIEDADE DE PROMOÇÃO E DINAMIZAÇÃO DE EVENTOS CULTURAIS, SOCIAIS E RECREATIVOS, E.M., S.A., relativos ao exercício de 2014.

- 1- No desempenho das funções de fiscalização que nos estão cometidas, acompanhámos, ao longo do exercício de 2014, a actividade da empresa, através da informação contabilística e de contactos estabelecidos com a administração e serviços.
- 2- De acordo com o nº 1 do Artigo 452º do Código das Sociedades Comerciais, apreciamos o relatório de gestão e as contas do exercício.

Considerando as verificações a que procedemos, no exercício da competência que nos é atribuída pelo Artigo 420º do Código das Sociedades Comerciais, somos de

PARECER

que a Assembleia Geral aprove:

- a) O relatório de gestão e as contas do exercício findo em 31 de Dezembro de 2014;
-  b) A proposta de aplicação do resultado constante do relatório de gestão;

DUARTE GIESTA
SOCIEDADE DE REVISORES OFICIAIS DE CONTAS
UNIPessoal, Lda.
INSCRIÇÃO N.º 199

Finalmente, o Fiscal Único deseja agradecer ao Conselho de Administração e aos Serviços da Empresa toda a colaboração prestada no exercício das suas funções.

Ponta Delgada, 24 de Fevereiro de 2015

O FISCAL ÚNICO



Duarte Giesta, SROC, Unipessoal, Lda.
representada por
Duarte Félix Tavares Giesta (ROC nº 520)